ANGOLA TELECOM

RELATÓRIO E **CONTAS**

2021

30 ANOS
1992-2022
ANGOLA TELECOM

Índice

Mensagem do Presidente do conselho de Administração 4

1. Síntese de Actividade 5

Principais Indicadores 6

Resultados 7

Perspetiva para 2022 8

2. A Angola Telecom 9

Enquadramento Legal 10

Órgãos Sociais 11

Participação em Empresas 12

Marca 13

Negócio 14

Estratégia 15

3. Análise da actividade 16

Comercial 17

Talentos Humanos 18

4. Responsabilidade Social 19

Angola Telecom contribui com bens na campanha abraço solidário 20

Estratégia da infoinclusão 21

Apoio a Cultura 22

5. Análise Económica e financeira 23

Análise económica 24

Análise Financeira 25

Análise das vendas 26

Análise dos custos operacionais 27

Análise dos custos operacionais e margem EBITDA 28

6. Demonstrações financeiras 29

Balanço 30

Demonstração de Resultados por Natureza 31

Demonstração do Fluxo de Caixa 32

Notas as Contas 33

Nota Introdutória 33

Politicas contabilisticas adoptadas na preparação das Demonstrações Financeiras 33

Base de apresentação das Demonstrações Financeiras 33

Alteração das Politicas contabilisticas, Erros Fundamentais e Aspectos julgamentais mais significativos 40

Notas ao Balanço 40

Notas à Demonstração de Resultados 54

Notas à Demonstração de Fluxo de Caixa 61

7. Parecer do Auditor Externo

8. Parecer do Conselho Fiscal

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Proporcionar serviços de telecomunicações acessíveis e de qualidade a todo o país, garantindo a autossustentabilidade da empresa e contribuindo, na linha da frente, para o desenvolvimento de Angola. Esta é a missão da Angola Telecom EP., uma missão que continuamos de forma afincada e dedicada a trabalhar hoje e que pretendemos perpectuar no futuro.

No final de mais um exercício, no caso o de 2021, mais uma vez e com o mesmo espírito, apresentamos os resultados conseguidos, não apenas para cumprir com o preceito legal, mas também para levar a conhecimento público, os desafios que temos vindo a ultrapassar, para mantermos a sustentabilidade da nossa operação e do nosso capital humano, especialmente das soluções para manter o país conectado com o resto do Mundo;

O ano de 2021 revestiu-se de especial importância. Temos consciência da severidade do impacto da crise associada aos desafios da Covid-19, na vida das pessoas e das empresas. O papel das Telecomunicações foi vital para mitigar este impacto. As comunicações asseguradas pelo sector e particularmente pela Angola Telecom, permitiram ligar pessoas, empresas e instituições, manter a economia a funcionar e levar o ensino e as condições de trabalho remoto, a casa dos cidadãos. A nossa capacidade de resposta aproximou-nos dos nossos colaboradores, clientes e parceiros, reforçando ainda mais o sentido de comunidade e responsabilidade social.

Apesar da conjuntura económica e social em 2021 não ser de todo favorável, os resultados económicos e financeiros obtidos foram generalizadamente positivos, indicando uma recuperação dos valores de alguns dos principais indicadores de gestão:

O **EBITDA**, cresceu 95% em relação a 2022

O **Resultado Líquido**, deixou de ser negativo e atingiu os 27 mil milhões de Akz.

O **Passivo reduzido em 13%**, devido, em parte, às diferenças cambiais positivas.

O **Capital Próprio**, recupera para valores menos negativos.

Melhoria da **produtividade** por colaborador.

Um dos nossos desafios para 2021 foi a ligação terrestre à província de Cabinda em fibra óptica, investimento que é de suma importância no cumprimento da nossa missão, e o primeiro a ligar a província por via terrestre. De igual modo, a abertura do Concurso Público Internacional de subconcessão da Angola Telecom, para exploração e gestão das suas infraestruturas de transporte nacional e metropolitana, autorizada pelo Despacho Presidencial nº 99/21 de 17 de Junho e aberto por despacho nº 4137/21, de 14 de Setembro, permitirá, a necessária capitalização da empresa, o seu saneamento, melhorar as infra-estruturas, proporcionar melhores serviços para os nossos concidadãos, garantindo assim o aumento sustentado da rentabilidade, com benefícios, para todo o seu tecido social e com destaque para todos os *stakeholders* envolvidos.

Perante um ambiente cada vez mais concorrencial, a capacitação do nosso capital humano para potenciar *know-how* e garantir maiores competências é de extrema importância. Assim a vertente formativa será reforçada no sentido de recuperarmos e consolidarmos o prestígio da nossa empresa.

Não poderíamos deixar de prestar uma palavra de apreço para a Direcção do MINTTICS cujo suporte tem sido essencial e incondicional na busca das melhores soluções para resolução dos problemas que temos vindo paulatinamente a ultrapassar.

É com esse espírito, que fizemos do Ano de 2021, com mais trabalho, mais determinação e visão voltada para acções "*out of the Box*", uma referência maior na busca das melhores soluções, com tecnologias de nova geração, para melhor servir, num mercado cada vez mais exigente.

Muito obrigado!

ANGOLA TELECOM

01

SÍNTESE DE ACTIVIDADE

PRINCIPAIS INDICADORES

Proveitos operacionais 2021

20 430 **Milhões Akz**

+3% Relativamente a 2020

Custos operacionais 2021

-22 459 **Milhões Akz**

-9% Relativamente a 2020

Ebitda 2021

9 248 **Milhões Akz**

+95%

Margem Ebitda 2021

45%

RLE 2021

27 036 **Milhões Akz**

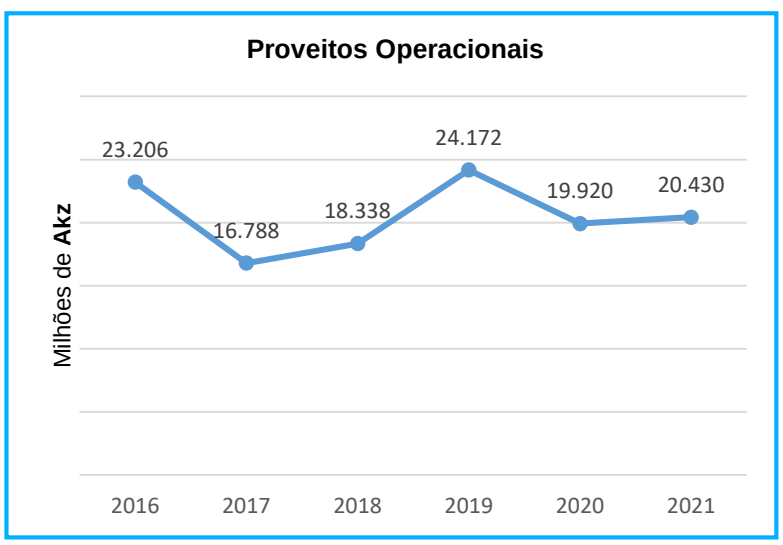
+183% Relativamente a 2020

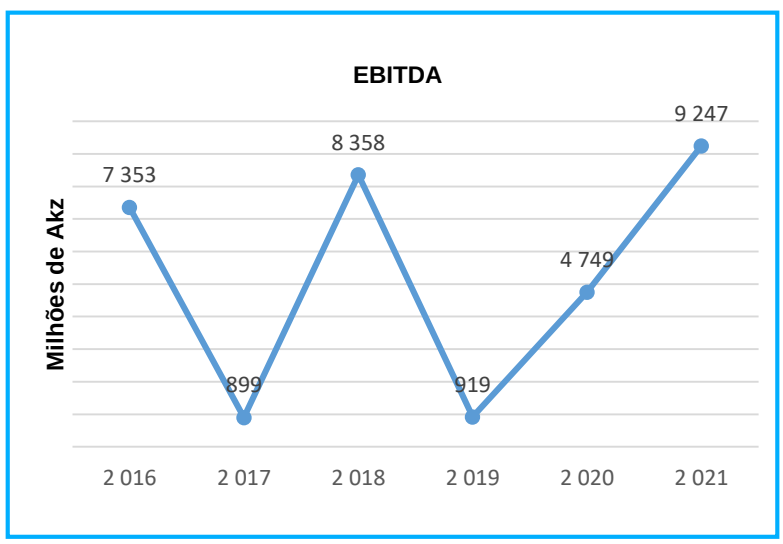
Talentos Humanos 2021

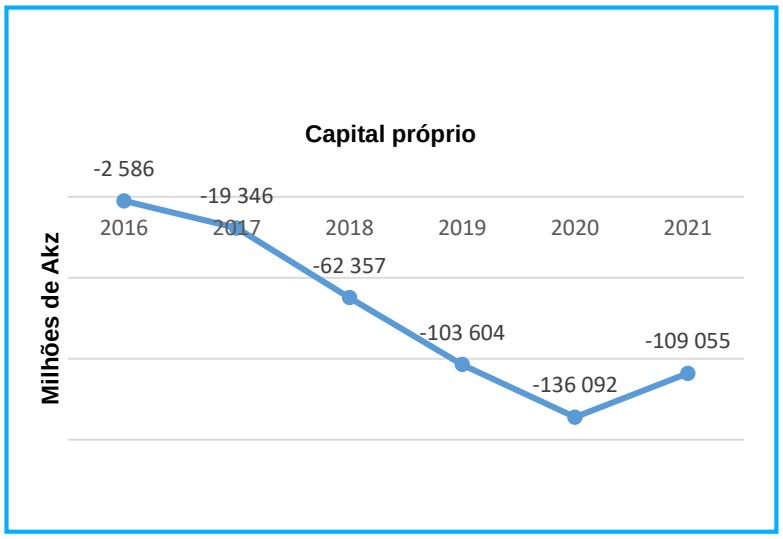
889 **Colaboradores**

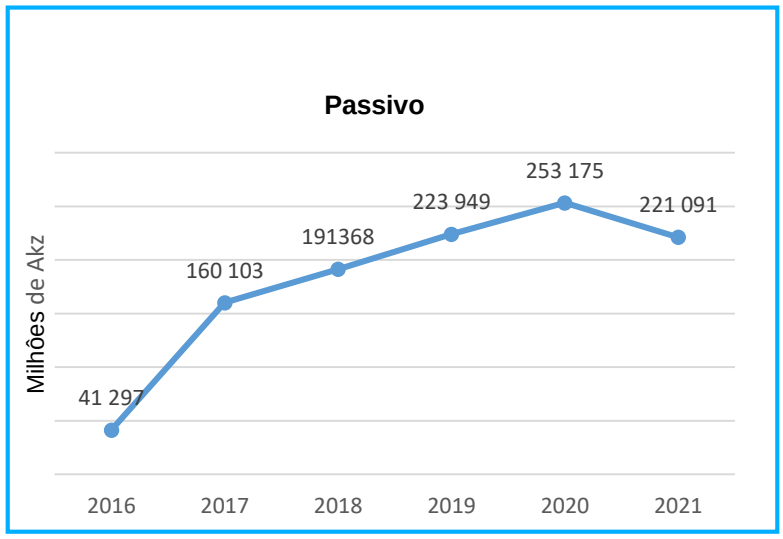
-7% Relativamente a 2020

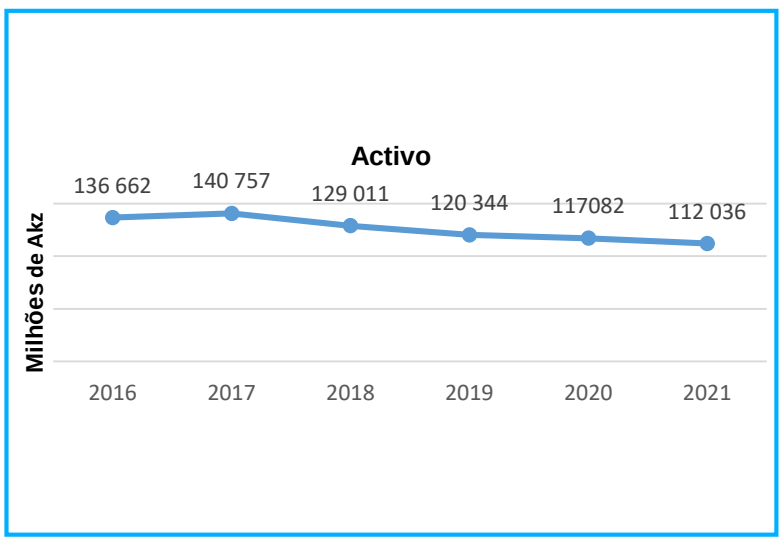
RESULTADOS

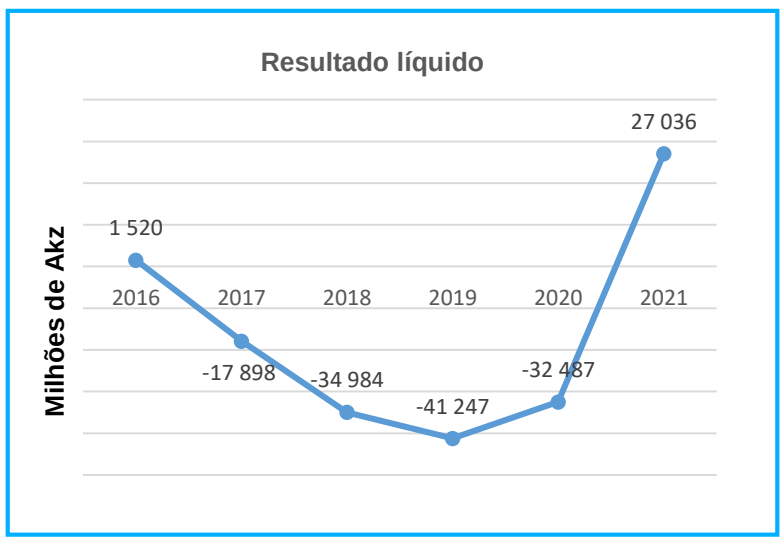

Proveitos Operacionais
Milhões de Akz
23.206
16.788
18.338
24.172
19.920
20.430
2016
2017
2018
2019
2020
2021


EBITDA
Milhões de Akz
7 353
899
8 358
919
4 749
9 247
2 016
2 017
2 018
2 019
2 020
2 021


Capital próprio
Milhões de Akz
-2 586
-19 346
-62 357
-103 604
-136 092
-109 055
2016
2017
2018
2019
2020
2021


Passivo
Milhões de Akz
41 297
160 103
191368
223 949
253 175
221 091
2016
2017
2018
2019
2020
2021


Activo
Milhões de Akz
136 662
140 757
129 011
120 344
117082
112 036
2016
2017
2018
2019
2020
2021


Resultado líquido
Milhões de Akz
1 520
-17 898
-34 984
-41 247
-32 487
27 036
2016
2017
2018
2019
2020
2021

PERSPECTIVAS PARA 2022

DESENVOLVIMENTO DO NEGÓCIO

MAIOR OPERADOR DE INFRAESTRUTURAS

A rede de infraestruturas da Angola Telecom em todo o território nacional, assegura a sua presença nos diferentes tipos de negócios que são desenvolvidos pelos operadores de telecomunicações no País, para o fornecimento de serviços aos seus clientes. Dito de outra forma, a Angola Telecom como o maior operador de infraestruturas, garante o suporte para o funcionamento dos vários operadores de telecomunicações, quer em termos de acomodação e funcionamento dos seus equipamentos quer em termos de fornecimento de vários serviços.

A vasta infraestrutura da Angola Telecom associada aos seus serviços de Voz e de Internet são os pilares para o asseguramento, manutenção e desenvolvimento das telecomunicações em Angola.

A Angola Telecom está, portanto, apostada em manter o seu papel de operador de infra-estruturas em 2022 servindo os seus clientes e os vários operadores de Telecomunicações nacionais e internacionais.

O concurso público internacional de subconcessão e as parcerias público privadas estão na base da estratégias para o garante deste objectivo.

PARCERIA ESTRATÉGICA E GANHOS PARA ANGOLA

FIBRA ÓPTICA TERRESTRE EM CABINDA

A província de Cabinda está pela primeira vez, na sua história, ligada em fibra óptica terrestre através da Angola Telecom, o que permitirá uma mudança bastante significativa nas comunicações de Voz e de Internet.

Essa ligação inédita da Angola Telecom entre a província de Cabinda e de Luanda, permitirá mais serviços, com mais qualidade e com maior velocidade entre aquela região mais ao norte e o resto do País.

Essa ligação permitirá de igual modo a estratégia de ligação aos países fronteiriços e não só, aumentando a redundância de comunicações para o país e concomitantemente a redução dos custos de comunicação na região.

PARCERIA ESTRATÉGICA E GANHOS PARA ANGOLA

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL DE SUBCONCESSÃO

A abertura do Concurso Público Internacional de Subconcessão para a exploração e gestão das infraestruturas de transporte nacional e da rede metropolitana da Angola Telecom, através do Despacho Presidencial nº 99/21 de 17 de Junho, representa um novo cenário das relações económicas e financeiras da empresa com os clientes, fornecedores, prestadores de serviços e com o próprio Estado angolano.

A parceria entre a Angola Telecom e a empresa vencedora do concurso público internacional de subconcessão, representará um ganho para todos os intervenientes no processo.

A Angola Telecom com esta parceria estratégica, vai prosseguir a capacitação dos seus recursos humanos em todas as áreas da empresa, alavancar a sua relação com os clientes e, como não podia deixar de ser, o aumento das suas receitas.

Tecnologicamente esta subconcessão permitirá por um período de 15 anos estabilizar, recuperar, expandir e modernizar as infraestruturas de telecomunicações da Angola Telecom.

Com essa cedência temporária e fruto do investimento da empresa vencedora, os vários operadores de comunicações electrónicas do País, beneficiarão do acesso a uma rede de cobertura nacional, robusta e redundante, podendo oferecer aos seus clientes serviços de qualidade a preços competitivos.

O Executivo angolano com a abertura deste concurso público internacional e na base da sua estratégia de dinamização e rentabilização do sector empresarial público, criou as condições para que esta parceria estratégica entre a Angola Telecom e o investidor, contribua de forma realista e transversal para o crescimento económico e social do país.

ANGOLA TELECOM

A ANGOLA TELECOM

ENQUADRAMENTO LEGAL

A Angola Telecom é uma empresa de direito angolano detido 100% pelo Estado Angolano, criada, pelo Decreto Nº 10/92 de 06 de Março como resultado da fusão das anteriores Empresas estatais ENATEL e EPTEL.
A fusão das duas empresas juntou os negócios e todas as suas componentes técnicas e humanas.

A Angola Telecom presta a sua actividade de prestador de serviços de Uso Público com base no Decreto-Lei nº44/02 de 06 de Setembro.

O Conselho de Administração da Angola Telecom é composto por cinco individualidades, nomeado por Despacho Presidencial nº299/19 de 14 de Outubro, tendo registado alterações ao longo do tempo (Despacho Presidencial nº 97/20 de 30 de Junho). Em 2021, por Despacho Presidencial nº33/21 de 9 de Março, foi nomeado o Administrador, Edson Pereira.

Por outro lado, o Conselho Fiscal da Angola Telecom é composto por três individualidades, nomeados por Despacho nº399/2020 de 3 de Agosto. Em 2021, registou uma alteração na sua composição, com a entrada da Vogal, Julieta Major, através do Despacho nº3808/20, de 11 de Agosto da Srª Ministra das Finanças.

A Angola Telecom E.P, é nos termos do seu estatuto orgânico criado por decreto Nº 8/97 de 21 de Fevereiro, superintendida pelo Ministério das Telecomunicações Tecnologia de Informação e Comunicação Social e, por integrar o sector empresarial público é monitorada e controlada pelo IGAPE, que exerce em nome do Estado, os direitos enquanto accionista, nos termos da alínea b) do n.• 3 do artigo 4.• do Decreto Presidencial n.• 141/18, de 7 de Junho, que aprova o Estatuto Orgânico do Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto Presidencial n.• 72/20, de 20 de Março.

Estado, os direitos enquanto accionista, nos termos da alínea b) do n.• 3 do artigo 4.• do Decreto Presidencial n.• 141/18, de 7 de Junho, que aprova o Estatuto Orgânico do Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto Presidencial n.• 72/20, de 20 de Março.

Legislação em vigor:

Livro Branco das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação e Comunicação 2019-2022

Lei das Comunicações Electrónicas e dos Serviços da Sociedade de Informação (Lei n.º 23/11, de 20 de Junho);

I. Regulamento das Tecnologias e dos Serviços da Sociedade de Informação (Decreto Presidencial n.º 202/11, de 22 de Julho);

II. A Lei de Bases do Sector Empresarial Público – Lei 11/13 de 3 de Setembro;

III. Decreto Presidencial n.º 166/14 – Regulamento que estabelece o Regime Jurídico Aplicável a todas Infraestruturas;

IV. Decreto Presidencial n.º 122 de 09 de Junho de 2016 que aprova o Plano Estratégico Sobre o Regime de Licenciamento;

V. Decreto n.º 13/04 de 12 de Março de 2014 – Aprova o Regulamento Geral de Interligação de Redes e Serviços de Telecomunicações de Uso Público; e

VI. Decreto nº 8/97 de 21 de Fevereiro que aprova o Estatuto da Angola Telecom, E.P..

ÓRGÃOS SOCIAIS

Adilson Miguel Dos Santos

Presidente do Conselho de Administração

Edson Pereira

Administrador para as Operações

Inocência Santos

Administradora para as Finanças e Províncias

António Mascarenhas

Administrador para Logística e Gestão de Infraestrutura

Yuri Silva

Administrador para a área comercial e Marketing

CONSELHO FISCAL

Victor Chia Chissamba
Presidente

Dinis Cuanga
Vogal

Julieta Major
Vogal

AUDITOR EXTERNO

Ernest & Young, Angola

PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS

GOVERNO DE ANGOLA | minttics.gov.ao
MINISTÉRIO DAS TELECOMUNICAÇÕES TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL

IGAPE

ANGOLA TELECOM

Empresas Participadas

51%	50%	20%	40%	30%
angola cables	tvcabo	Empresa de Listas Telefónicas de Angol	INFRASAT Comunicações sem limites	MULTITEL Serviços de Telecomunicações, Lda.
Gestão da participação do cabo submarino WACS	Distribuição de sinal de televisão e internet	Produção e distribuição de listas telefónicas	**Infrasat-Telecomunicações, S.A.**	Prestação de Serviços de comunicação nacional e internacional de dados e comunicação digital

Outros Investimentos Financeiros

18%	0,45%	0,8215%
movicel	BCI BANCO DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA	Ang rascom

MARCA

A Angola Telecom é uma Empresa Publica, criada pelo Decreto Nº 10/92 de 06 de Março como resultado da fusão das anteriores Empresas estatais ENATEL e EPTEL, sendo o único operador de telecomunicações que existe em Angola a 30 anos e está presente em todas as capitais de província e em alguns municípios estratégicos

A actividade da Angola Telecom rege-se pelos seguintes **valores**

- Confiança
- Diferenciação
- Excelência
- Integridade
- Inovação
- Desenvolvimento

Visão: Ser líder em ligar Angola ao mundo e ao futuro, merecendo, todo os dias, a confiança dos nossos clientes e a sua preferência pelos nossos serviços de telecomunicações.

Missão: Proporcionar serviços de telecomunicações acessíveis e de qualidade a todo o país, garantindo a autossustentabilidade da empresa e contribuindo na linha da frente para o desenvolvimento de Angola.

ANGOLA TELECOM

ANGOLA TELECOM 1992-2022 ANOS

ANGOLA TELECOM

NEGÓCIO

OFERTA DE SERVIÇOS E DE PRODUTOS

A Angola Telecom actua em três segmentos de negócios designadamente retalhista, empresarial e a grosso, oferecendo cada um, produtos e serviços a escolha dos clientes, assim como as modalidades de pagamento nomeadamente pré-pago e pós-pago.

Em qualquer um dos segmentos de negócio acima referenciados, os seus produtos e serviços, apresentam-se com os preços mais baixos do mercado, quer seja na comercialização do serviço de Voz, assim como de Internet, tendo também o cliente, a possibilidade de negociar os períodos de pagamento em caso de dívida.

Essa afirmação é constatada através de entrevistas que diariamente são efectuadas aos clientes nas diversas lojas espalhadas pelo País e publicadas nos canais de comunicação da empresa, nomeadamente no Portal, Website, Instagram, Twitter, Facebook e outros.

"Gosto dos serviços da Angola Telecom e as vantagens em usar está no baixo preço e é ilimitado", afirmam os clientes da Angola Telecom quando são entrevistados.
Esta aposta dos clientes nos produtos e serviços da empresa, motivou a expansão da rede em novas localidades no País e concomitantemente a comercialização dos mesmos.

A Angola Telecom no segmento de venda retalhista comercializa o Fale e Navegue, Navegue Só, Fale Mais, ECO - Cartões de Recarga e AT- CARD Cartões de Recarga.

No segmento de venda empresarial a empresa comercializa Circuitos Internacionais, VLLN – Rede Virtual de Circuitos Alugados, Soluções de Voz, Internet Corporativa, VPN -Rede Virtual Privada, AT-Co-Location e Fale e Navegue.

Finalmente no segmento de venda a grosso, os operadores de telecomunicações e outros no mercado angolano, continuam a adquirir capacidades para os seus negócios através do SAT-3/WASC que é um cabo submarino que interliga países africanos e europeus, entre os quais Angola, África do Sul, Nigéria, Senegal, Costa do Marfim, Gana, Gabão, Benim, Camarões, Portugal e Espanha.

Nesse segmento de negócio, a Angola Telecom comercializa os serviços de IPLC Internacional Private Leased Circuits, IVC International Voice Connect, IP Transit, Capacity Rent, MIUs Rent, Prime Circuit Nacional, Circuit P2P_Local, Circuit P2P- Longa Distância, Backhaul, Co-Location.

As prestações de serviços em 2021, foram de 10.989 milhões Akz.
O volume de proveitos gerado em 2021 foi de 20.430 milhões AKz, tendo-se verificado um acréscimo de cerca de 3% face a 2020.

SERVIÇOS

Garantimos serviços de telecomunicações corporativos com soluções de última geração que vão ajudar a sua empresa a estar ligada ao mundo e ao futuro.

Internet ilimitada, serviço de Intenet até 8 utilizadores em simultâneo, pagamentos (pré-pago e pôs – pago)
Equipamentos sob regime de consignação

Faça uma recarga com os Cartões ECO da Angola Telecom e aproveite falar com os seus familiares e amigos

ESTRATÉGIA

CRESCIMENTO

A Angola Telecom continua a ser o único operador nacional com implantação em todo o território nacional, ou seja, nas 18 capitais de província e nos municípios estratégicos do ponto de vista económico e financeiro.

Esta implantação nacional e fruto da sua robustez em infraestruturas e de uma gama de serviços e produtos constantes no seu portfolio, aliada a inovação, a capacidade e a experiencia dos seus trabalhadores, tem permitido consolidar a sua estratégia definida na sua missão, que consiste na prestação de serviços fundamentais de telecomunicações domésticos e internacionais.

Estrategicamente, a empresa registou avanços na implementação de novas ligações de Voz e de Internet no País e com países vizinhos como a República Democrática do Congo e a Namíbia. Vislumbram-se novos acordos e novas parcerias que representarão o aumento da carteira de clientes e a estabilização da tesouraria da empresa.

A empresa tem vindo a melhorar os índices de cobrança, estando a trabalhar com diversos organismos do estado para materialização desta meta, o que permitirá a melhoria da sua tesouraria para a realização de investimentos no domínio operacional e nas áreas de suporte ao negócio da empresa.

Apesar das dificuldades causadas pela pandemia da Covid-19 que assolou a economia mundial, a Angola Telecom manteve a sua estratégia de actuação e graças ao empenho de todos, a empresa terminou o exercício económico de 2021 com resultado líquido positivo.

De igual modo, a empresa está a alavancar a relação com os seus clientes, reforçando o seu posicionamento como um operador de qualidade, de suporte aos restantes operadores no mercado das telecomunicações melhorando a informação relactiva a sua base de clientes.

Finalmente, a Angola Telecom dará continuidade a implementação das Seis iniciativas-chaves para a melhoria da eficiência operacional, em sede do seu plano estratégico e de negócio.

1. Aumentar o rácio de cobrança da empresa e recuperar a dívida de clientes;
2. Estabilizar os custos operacionais de rede e capacidade;
3. Aumentar o volume de negócios e desenvolver e criar novos produtos para aumentar o fluxo de facturação.
4. Melhorar a informação de gestão;
5. Melhorar a cultura organizacional, implementação de um sistema de remuneração e benéficos;
6. Rejuvenescer a empresa com quadros especializados.

ANGOLA TELECOM

ANÁLISE DA ACTIVIDADE

COMERCIAL

CONSOLIDAÇÃO E NOVAS OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO

Fazendo jus a sua robustez em infraestruturas e fornecimento de serviços e produtos à escala nacional e internacional em 2021, a Angola Telecom, apostou na fidelização dos seus clientes em todos os segmentos do seu negócio (retalho, empresarial, e a grosso) e na exploração, expansão e gestão comercial de novas localidades em várias províncias e no exterior do País.

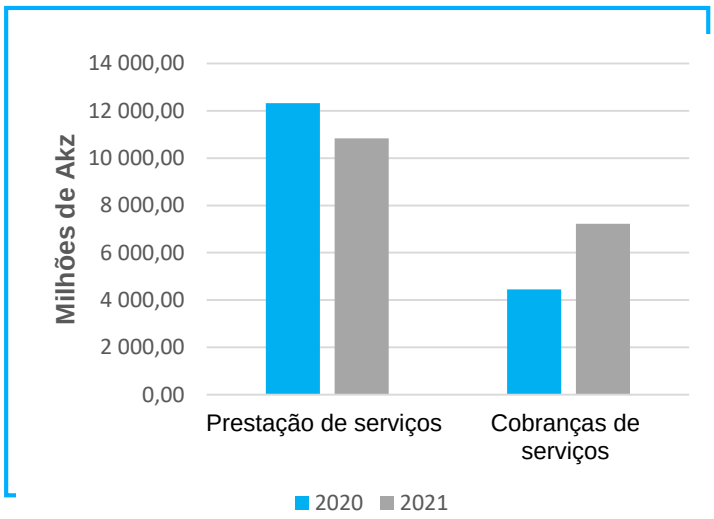
Relativamente a exploração, expansão e gestão comercial de novas localidades nas províncias do nosso País, a Angola Telecom Expandiu o seu backbone nacional e metropolitano em Fibra Óptica nas províncias do Uíge, Zaire, Cunene e Luanda, proporcionando ligações fronteiriças e à centralidade nestas províncias.

De igual modo, e sempre com o propósito de melhorar a inclusão digital, a empresa melhorou a cobertura do seu serviço de Internet com recurso a tecnologia LTE/4G, em Luanda, Cuanza-Norte e Cabinda.

Por outro lado e com recurso a tecnologia FTTH, os habitantes das centralidades do Zango 8000 (Luanda) e do Quilomosso (Uíge) já beneficiam dos serviços de Voz e de Internet em banda larga.

Fora das nossas fronteiras territoriais, foi implementada a ligação em Fibra Óptica terrestre entre as Repúblicas de Angola e da Namíbia.

Esta ligação permite um grande ganho na qualidade de serviço que a Angola Telecom presta para os seus clientes, além das vantagens de interligação com os operadores da Namíbia.



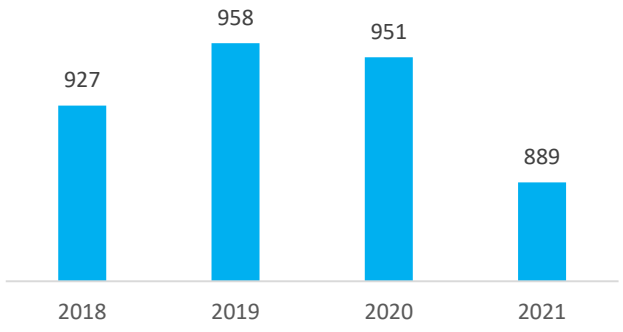
Incremento do rácio percentual de cobrança em relação ao ano passado

Atendimento ao cliente na loja de Viana, em Luanda

TALENTOS HUMANOS

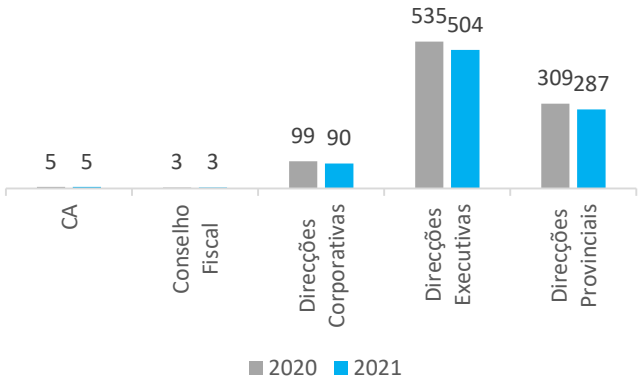
COLABORADORES DA ANGOLA TELECOM

A empresa terminou o ano de 2021 com um total de 889 colaboradores, menos 62 colaboradores do que registado no fim do ano de 2020.



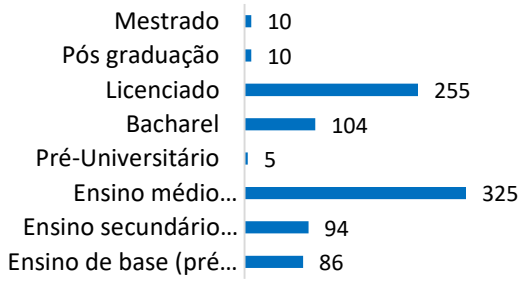
DISTRIBUIÇÃO POR ÁREA FUNCIONAL

Do total de colaboradores (efectivos e estagiários) no final do ano de 2021, a maior força motora da empresa está nas áreas operacionais, comerciais e provinciais, com 88,9% dos colaboradores. Os restantes 11,1% encontram-se afectos as áreas de Suporte.



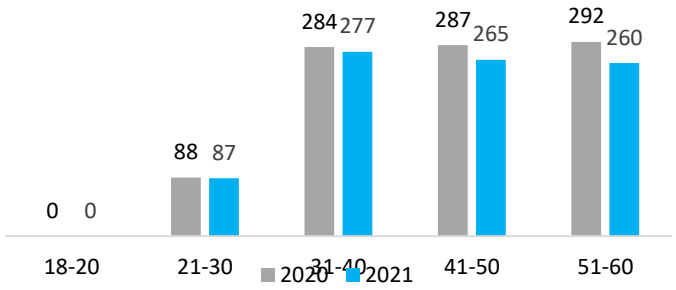
HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

O número de colaboradores efectivos detentores de certificado de ensino superior, é 43%. Os restantes dos colaboradores têm o curso médio e ou básico.



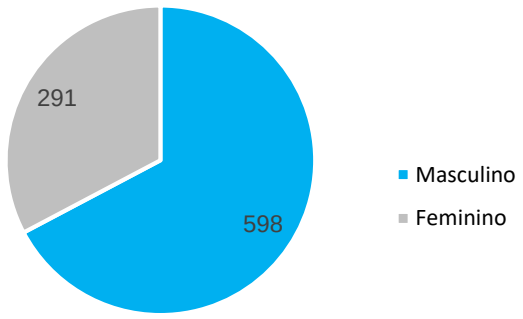
IDADE

Em 2021, verificou-se que 59,1% dos colaboradores efectivos estão na faixa etária entre os 41 à 60 anos, que reflecte a progressão de carreira.



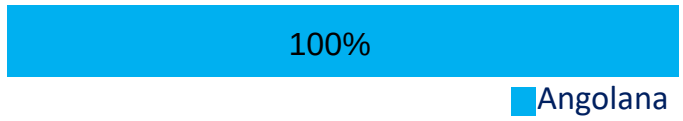
GÉNERO

No que respeita a distribuição dos colaboradores por género, verificamos uma estrutura com 32% dos colaboradores (efectivos e estagiários) do Sexo feminino e 68% do Sexo masculino.



NACIONALIDADE

A Angola Telecom aposta em quadros de elevadas qualificações e que seja nacionais. A empresa nas 18 províncias do País tem uma força de trabalho totalmente angolana.



PERFIL

A Angola Telecom é uma empresa apostada no rejuvenescimento do seu quadro de pessoal. Em 2021, 40,9% dos colaboradores efetivos estão na faixa etária dos 21 aos 40 anos de idade.

ANGOLA TELECOM

04

RESPONSABILIDADE SOCIAL

RESPONSABILIDADE SOCIAL

ANGOLA TELECOM CONTRIBUI COM MAIS DE UMA TONELADA DE BENS NA CAMPANHA ABRAÇO SOLIDÁRIO

A Angola Telecom contribuiu com mais de uma tonelada de bens não perecíveis, na campanha filantrópica de recolha de donativos denominada Abraço Solidário, promovida pelos órgãos de comunicação social públicos, privados e empresas do sector das telecomunicações, com o apoio do Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social (MINTTICS).

Através da sua loja, localizada no Distrito Urbano do Nova Vida, ponto escolhido para a recolha dos donativos, em Luanda, no mês de Maio de 2021, foi possível arrecadar produtos diversos, como alimentos, vestuários, calçados, materiais de biossegurança entre outros, enviados para a região sul do País para ajudar famílias em situação de vulnerabilidade.

No local, o Secretário de Estado para as Telecomunicações e Tecnologias de Informação, Mário Oliveira, mostrou-se satisfeito pelas doações recolhidas.

Ainda no local, várias instituições e pessoas individuais abraçaram a causa e levaram os seus donativos.

Estiveram presentes o Ministro das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social, Manuel Homem, o Secretário de Estado para as Telecomunicações e Tecnologias de Informação, Mário Oliveira, o Conselho de Administração da Angola Telecom, a administradora do distrito Urbano do Nova Vida, Ave Kapindiça e outras entidades ligadas ao sector.

A par disso, a Angola Telecom, procedeu também a recolha de bens não perecíveis, nas restantes províncias do País.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

ESTRATÉGIA DA INFOINCLUSÃO

A sociedade actual tem sido alvo das inovações das tecnologias globais, o que exige mudanças organizacionais.

A possibilidade de aceder às novas tecnologias de comunicação, como a Internet, tem sido um dos pilares da área de responsabilidade Social da Angola Telecom. Diversas instituições com fins educacionais e filantrópicos têm beneficiado do patrocínio de Internet da Angola Telecom.

O Instituto Politécnico nº131, localizado na cidade do Lubango, na província da Huíla, é um dos exemplos da atribuição do serviço de Internet (patrocínio) para o uso diário dos estudantes.

Aquela instituição de ensino, endereçou uma nota de agradecimento à Angola Telecom, por ter fornecido, de forma gratuita o serviço de Internet, ao instituto acima referenciado, no período de um ano.

APOIO À CULTURA NACIONAL

2ª EDIÇÃO DO FESC-KIANDA

A Angola Telecom patrocinou, com a disponibilização do seu serviço de Internet, a 2ª edição do Festival Internacional de Curta Metragens da Kianda (FESC-KIANDA), que decorreu no Centro Cultural Brasil-Angola, em Luanda.

Por via da disponibilização do serviço de internet pela Angola Telecom ao mundo, a transmissão deste evento cultural como promoção da nossa cultura, foi abrangente alem fronteiras, para os internautas que acompanharam o festival, com transmissão nas plataformas digitais.

8ª TEMPORADA DO SHOW DO MÊS

A Angola Telecom patrocinou a 8ª temporada do show do mês realizada em vários palcos da cidade de Luanda e não só.

O patrocínio permitiu aos internautas de Angola e do resto do Mundo, devido a pandemia da Covid-19, assistirem as atuações de vários cantores e musicas nacionais e a interpretação de algumas faixas internacionais, através das plataformas digitais.

O patrocínio da Angola Telecom em espectáculos como shows lives e teatro, levado a cabo por várias instituições, teve como objectivo engrandecer a nossa cultura e os fazedores dela e de igual modo entreter a população.

Entre as várias actuações dos músicos da nossa praça destacamos a participação dos renomados artistas como, Dom Caetano e Lulas da Paixão, Cidy Daniel, Lito Graça, Branca Celeste, Mister Kim, Diana Cabango, Raquel Lisboa, Alexandre Bento, Eudisio, Katiliana, Cidy Daniel, Jay Lourenzo, Letus, Lázaro, Gelson Castro e As Gingas. A Angola Telecom assegurou também a transmissão da 6ª edição do Circuito Internacional de Teatro, promovido pelo Projecto Cultura para Todos, que decorreu nas províncias de Benguela e Luanda.

ANGOLA TELECOM

05

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

RESULTADOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS

ANÁLISE ECONOMICA

	2021	2020	Δ
Proveitos Operacionais (PO)	20 430 196 831	19 920 039 296	2,56%
Custos Operacionais (CO)	(22 459 649 492)	(24 646 092 996)	-8,87%
Resultados Operacionais	(2 029 452 661)	(4 726 053 700)	-57,06%
Amortizações	(11 277 358 305)	(9 476 000 706)	19,01%
Resultados Financeiros	**19 237 521 384**	**(31 569 275 283)**	**-160,94%**
Resultados Não Operacional	**9 828 144 406**	**3 808 122 422**	**158,08%**
Resultado Liquido do Exercicio	**27 036 213 130**	**(32 487 206 561)**	**-183,22%**
EBITDA	**9 247 905 644**	**4 749 947 006**	**94,69%**

Os Proveitos Operacionais totalizaram 20.430 milhões de AKZ no exercício de 2021, registou-se um aumento na ordem de 2,56% face ao exercício de 2020.

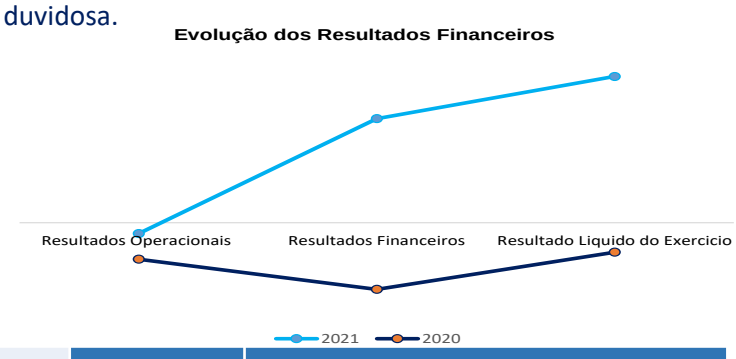
Os Custos Operacionais, registaram uma diminuição de 8,87% face ao ano anterior.

Apesar do decréscimo registado na rubrica de custos Operacionais face ao exercício de 2020 na ordem de 8,87%, registamos um acréscimo do EBITDA em 94,69%, correspondente a 9.247 milhões de AKZ em 2021.

O Resultado Operacional apesar de continuar apresentar um valor negativo, registou melhorias em termos numéricos comparativamente ao ano anterior e apresentou uma evolução na ordem de 57,06% estando em (2.029) milhões de AKZ.

Em 2021, a empresa teve um Resultado Líquido positivo de 27.036,2 milhões de AKZ, já o Resultado Financeiro foi de 19.237,5 milhões de AKZ positivo, tendo diminuído em 160,94% face ao exercício de 2020.

Os Resultados Não Operacionais, aumentaram em 158,08% justificado pela redução as correcções de anos anteriores, igualmente menos multas e penalidades contratuais comparativamente ao ano de 2020. Registou-se a reposição das provisões – cobrança duvidosa.



	2020	2021
Cobertura de caixa para operação	21 dias	21 dias
Divida a fornecedores (milhões de Akz)	180 024	158 989
Divida global/EBITDA	53,3	23,9
Despesas com Pessoal/custos operacionais	19,80%	20,83%
Despesas com Pessoal/Receita	23,88%	23,49%
Receita por trabalhador (produtividade em milhões de Akz))	21,5	22,4

O valor em caixa no final do período, permite uma cobertura de apenas 21 dias perante as responsabilidades operacionais da empresa. Tal facto obriga a que a empresa tenha um cuidado especial com a tesouraria corrente, e previsional.

O valor da dívida a fornecedores (contas a pagar) foi significativamente reduzida por força das variações cambiais ocorridas embora num ano de grandes dificuldades sociais e económicas devido à pandemia Covid-19, as despesas com pessoal mantiveram a mesma proporção em relação à totalidade dos custos operacionais e aumentaram ligeiramente o seu peso sobre a Receita obtida.

Resultados que permitem também justificar o aumento da produtividade por colaborador.

RESULTADOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS

ANÁLISE FINANCEIRA

ESTRUTURA DO BALANÇO	2020	2021	Var.21/20
Valores acomulados até 31 de Dezembro			
Lucros Líquidos	-32 487	27 036	183%
Capitais próprios	-136 092	-109 056	-20%
Activo	117 083	112 036	-4%
Passivo	253 175	221 092	-13%
Capitais Circulantes	18 452	24 702	34%
Exigivel curto prazo	184 038	162 600	-12%

Rácios	2020	2021
Autonomia Financeira*	-1,16	-0,97
Rácio Solvabilidade **	-0,54	-0,49
Liquidez Geral (total)	0,10	0,15

A melhoria significativa dos Resultados Líquidos do exercício em 183% permitiram uma melhoria significativa no valor do Capital Próprio tornando-o menos negativo.

A redução significativa no valor do Passivo (mais de 30 mil milhões de AKZ) é explicada essencialmente pela melhoria cambial e a correção que permitiu efectuar em contas a pagar.

O aumento dos capitais circulantes (activo corrente) e a redução do exigível de curto prazo (passivo corrente) permitiu à empresa melhorar o seu nível de liquidez.

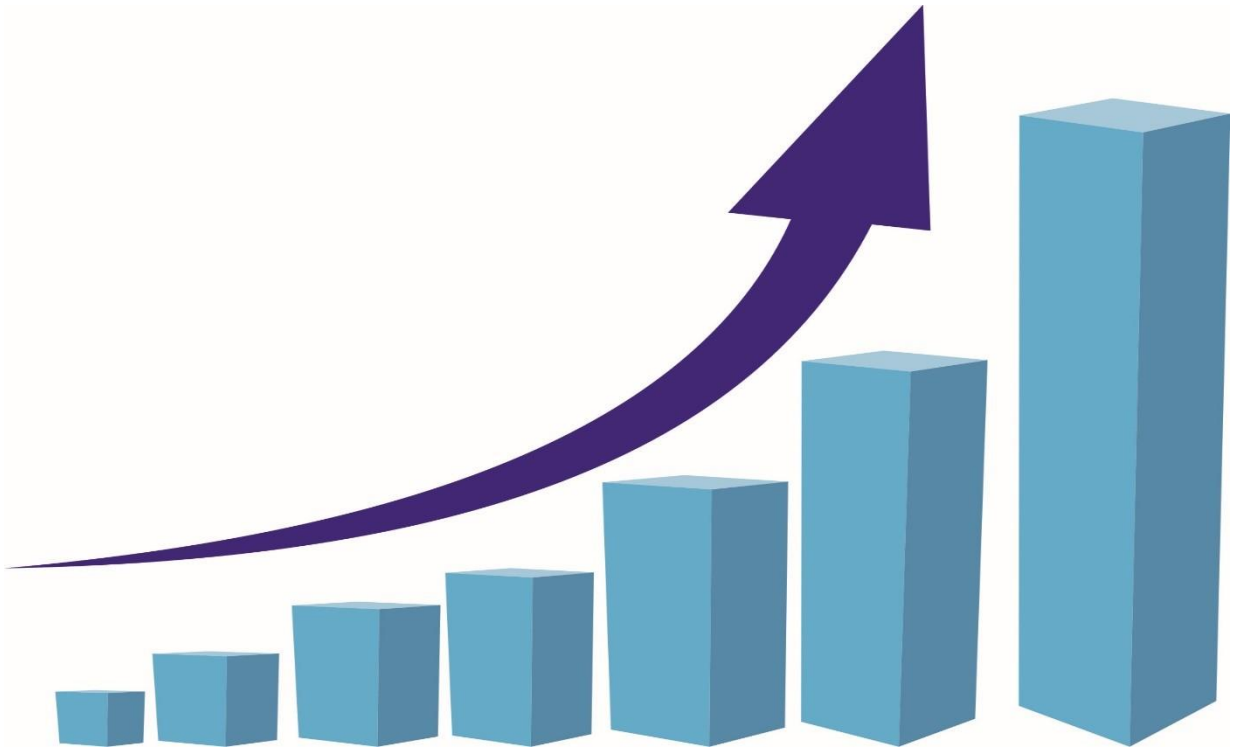
RESULTADOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS

ANÁLISE DAS VENDAS

	2021	2020	Δ
Vendas			
Prestações de Serviços	10 989 086 420	12 322 770 796	-10,82%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	9 441 110 411	7 597 268 500	24,27%
Proveitos Operacionais	**20 430 196 831**	**19 920 039 296**	2,56%

Em 2021, a estrutura de proveitos foi de 20 430 milhões de AKZ, tendo-se verificado um aumento na ordem de 2,56% face a 2020, influenciado pelo seguinte:

Diminuição na prestação de serviços em 10,82%, fortemente afectado pelas acções comerciais no que diz respeito à actualização da base de dados e a reorganização da carteira de clientes e seus contratos; e
Outros proveitos operacionais associados ao reconhecimento dos proveitos de subsídios a investimentos destinados a financiar as amortizações o imobilizado resultante dos Projectos de Investimentos Públicos (PIP).



RESULTADOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS

ANÁLISE DOS CUSTOS OPERACIONAIS

	2021	2020	Δ
CMVM			
Custos Com Pessoal	4 679 130 178	4 879 289 857	-4,10%
Remunerações Orgão Social	128 117 463	165 500 903	-22,59%
Remunerações Pessoal	4 096 846 797	4 241 012 151	-3,40%
Encargos Sobre Remunerações	299 157 867	353 272 357	-15,32%
Seguros de Acidentes de Trabalho	63 122 482	58 992 974	7,00%
Formação	7 133 458	3 204 591	122,60%
Outros Custos Com Pessoal	84 752 111	57 306 881	47,89%
Amortizações	11 277 358 304	9 476 000 706	19,01%
Imobilizado Corporeo	8 926 294 207	7 123 769 273	25,30%
Imobilizado Incorporeo	2 351 064 097	2 352 231 433	-0,05%
Outros Custos e Perdas Operacionais	-6 503 161 010	-10 290 802 433	-36,81%
Custos Operacionais	**-22 459 649 492**	**-24 646 092 996**	-8,87%

Custos operacionais
Em 2021, a estrutura de custos foi de (22.459) milhões de Akz, tendo uma diminuição em 8,87% face a 2020, influenciada por:
Diminuição em cerca de 100% dos Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVM), resultante da contenção das aquisições no sentido de optimizar recursos.

Os custos com pessoal registou uma diminuição face ao ano anterior.

As amortizações aumentaram ligeiramente em 19,01%, incidindo fundamentalmente no imobilizado resultante dos Projectos de Investimentos Públicos (PIP) e o fim da amortização dos bens que atingiram o fim da vida útil. Para as imobilizações incorpóreas o reconhecimento da licença de concessão por parte do INACOM.

Registou-se uma redução de 36,81% dos outros custos e perdas operacionais associadas a diminuição na contratação de fornecimentos e serviços de terceiros.

RESULTADOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS

ANÁLISE DOS CUSTOS OPERACIONAIS E MARGEM EBITDA

	2021	2020	Δ
CMVM			
Custos Com Pessoal	4 679 130 178	4 879 289 857	-4,10%
Remunerações Orgão Social	128 117 463	165 500 903	-22,59%
Remunerações Pessoal	4 096 846 797	4 241 012 151	-3,40%
Encargos Sobre Remunerações	299 157 867	353 272 357	-15,32%
Seguros de Acidentes de Trabalho	63 122 482	58 992 974	7,00%
Formação	7 133 458	3 204 591	122,60%
Outros Custos Com Pessoal	84 752 111	57 306 881	47,89%
Amortizações	11 277 358 304	9 476 000 706	19,01%
Imobilizado Corporeo	8 926 294 207	7 123 769 273	25,30%
Imobilizado Incorporeo	2 351 064 097	2 352 231 433	-0,05%
Outros Custos e Perdas Operacionais	-6 503 161 010	-10 290 802 433	-36,81%
Custos Operacionais	**-22 459 649 492**	**-24 646 092 996**	-8,87%

EBITDA

Em 2021, a margem do EBITDA foi de 45%, que resultou essencialmente no aumento de 2,56% dos proveitos operacionais e na redução de 8,87% dos custos operacionais

	2021	2020	Δ
Proveitos Operacionais (1)	20 430 196 831	19 920 039 296	2,56%
Custos Opearacionais (2)	-22 459 649 492	-24 646 092 996	-8,87%
Resultados Operacionais 3=(1-2)	**-2 029 452 661**	**-4 726 053 700**	**-57,06%**
Amortizações (4)	-11 277 358 305	-9 476 000 706	19,01%
EBITDA 5=(3-4)	**9 247 905 644**	**4 749 947 006**	**94,69%**
Margem de EBITDA	**45%**	**24%**	

ANGOLA TELECOM

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	Notas	2021	2020
ACTIVO			
Activo não corrente			
Imobilizações corpóreas	**4**	62.051.976.609	70.968.342.415
Imobilizações incorpóreas	**5**	15.414.497.781	17.765.561.878
Investimentos em empresas sub e associadas	**6**	8.215.805.491	8.224.391.075
Outros activos financeiros	**7**	310.950.516	331.378.081
Outros activos não correntes	**9**	1.341.110.299	1.341.110.299
TOTAL DO ACTIVO NÃO CORRENTE		**87.334.340.698**	**98.630.783.748**
Activo corrente			
Contas a receber	**9**	19.337.601.953	14.726.203.755
Disponibilidades	**10**	305.504.424	361.969.943
Outros activos correntes	**11**	5.058.560.633	3.363.981.754
TOTAL DO ACTIVO CORRENTE		**24.701.667.010**	**18.452.155.453**
TOTAL DO ACTIVO		**112.036.007.708**	**117.082.939.201**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital	**12**	16.195.410.000	16.195.410.000
Prestações suplementares	**12**	30.769.614.103	30.769.614.103
Reservas	**13**	5.044.782.284	5.044.782.284
Fundo social	**13**	523.832.313	523.832.313
Resultados transitados	**14**	-188.625.740.311	-156.138.533.662
Resultado líquido do exercício	**14**	27.036.213.130	-32.487.206.649
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		**-109.055.888.481**	**-136.092.101.611**
Passivo não corrente			
Outros Emprestimos	**15**	1.804.816.802	1.792.816.802
Benefícios pós-emprego	**17**	10.703.880.341	11.530.973.322
Provisões para outros riscos e encargos	**18**	1.989.705.435	1.989.705.435
Outros passivos não correntes	**19**	43.993.645.664	53.823.960.072
TOTAL DO PASSIVO NÃO CORRENTE		**58.492.048.242**	**69.137.455.631**
Passivo corrente			
Contas a pagar	**19**	158.989.326.116	180.023.818.442
Emprestimos bancários	**20**	162.518.181	206.853.070
Outros passivos correntes	**21**	3.448.003.651	3.806.913.668
TOTAL DO PASSIVO CORRENTE		**162.599.847.948**	**184.037.585.181**
TOTAL DO PASSIVO		**221.091.896.190**	**253.175.040.812**
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		**112.036.007.708**	**117.082.939.201**
		0	0

A Administradora Financeira

Inocência Natália Diakelewote M. dos Santos

Directora Financeira e Tecnica Oficial de Contas

Carolina de Goveia João Teixeira
Nº da Ordem 20160141

O Presidente do Conselho de Administração

Adilson Miguel dos Santos

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração de Resultado por Natureza
do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2020
(Montantes expressos em Kwanzas - AKZ)

2021

	Notas	2021	2020
Vendas	**22**	-	-
Prestações de serviços	**23**	10.989.086.420	12.322.770.796
Outros proveitos operacionais	**24**	9.441.110.411	7.597.268.500
		20.430.196.831	**19.920.039.296**
Custos com o pessoal	**28**	-4.679.130.178	-4.879.289.857
Amortizações	**29**	-11.277.358.305	-9.476.000.706
Outros custos e perdas operacionais	**30**	-6.503.161.010	-10.290.802.433
		-22.459.649.492	**-24.646.092.996**
Resultados operacionais		**-2.029.452.661**	**-4.726.053.700**
Resultados financeiros	**31**	19.237.521.384	-31.569.275.283
Resultados não operacionais	**33**	9.828.144.406	3.808.122.422
Resultados antes de impostos		**27.036.213.130**	**-32.487.206.561**
Imposto sobre o rendimento	**35**	-	-
Resultado líquido do exercício		**27.036.213.130**	**-32.487.206.561**

A Administradora Financeira

Inocência Natália Diakelewote M. dos Santos

O Presidente do Conselho de Administração

Adilson Miguel dos Santos

Directora Financeira e Técnica Oficial de Contas

Carolina de Goveia João Teixeira
Nº da Ordem 20160141

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro 2020
(Montantes expressos em Kwanzas - AKZ)

	Notas	Dez-2021	Dez-2020
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		5.233.594.219	4.637.321.539
Pagamentos a fornecedores		(931.780.989)	(2.630.042.723)
Pagamentos ao pessoal		(4.204.049.913)	(3.465.081.236)
Impostos pagos		(71.661.904)	
Outros pagamentos de actividades operacionais		(3.522.228)	
Caixa gerada pelas operações		**22.579.185**	**(1.457.802.420)**
Fluxos de Caixa Antes das Rubricas Outras Act. Operacionais		**-**	**(253.992.905)**
Outros Recebimentos Relativos a Actividade Operacional		-	40.155
Outros Pagamentos Relativos a Actividade Operacional		-	(254.033.060)
Caixa Líquida Proveniente de Actividades Operacionais (1)		**22.579.185**	**(1.711.795.325)**
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e proveitos similares		28.359.555	25.031.134
Dividendos		-	120.000.000
		28.359.555	**145.031.134**
Pagamentos respeitantes a			
Imobilizações corpóreas		(854.829)	(3.970.460)
		(854.829)	**(3.970.460)**
Caixa Líquida usada nas Actividades de Investimento (2)		**27.504.726**	**141.060.674**
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos Obtidos		12.000.000	1.548.228.619
		12.000.000	**1.548.228.619**
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(44.334.889)	-
Juros e custos similares		(57.858.013)	(1.894.668)
		(102.192.902)	**(1.894.668)**
Caixa Líquida usada nas Actividades de Financiamento (3)		**(90.192.902)**	**1.546.333.952**
Efeito das diferenças de câmbio (4)		**(16.356.528)**	**(11.073.651)**
Aumento Líquido da Caixa e Seus Equivalentes		**(40.108.991)**	**(24.400.699)**
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Exercício	**43, 47**	**361.969.943**	**397.444.293**
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Exercício	**43, 47**	**305.504.424**	**361.969.943**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

B. NOTAS AS CONTAS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Empresa de Telecomunicações de Angola – ANGOLA TELECOM, E.P. ("Empresa" ou "Angola Telecom") foi criada pelo Decreto n.º 10/92, de 6 de Março de 1992, com a designação inicial de Empresa de Telecomunicações de Angola – Unidade Económica Estatal, na sequência da extinção da EPTEL e da ENATEL, entidades governamentais até então responsáveis pelas telecomunicações internacionais e nacionais, respectivamente. Nessa data, todos os activos e passivos, bem como a força de trabalho destas entidades, transitaram para a Empresa. O Decreto n.º 8/97, de 21 de Fevereiro de 1997, complementado com o Decreto Presidencial n.º 288/11, de 1 de Novembro de 2011, veio alterar os Estatutos da Empresa, conferindo-lhes a redacção actual. O capital da Empresa é integralmente detido pelo Estado Angolano.

O objecto social da Empresa, definido pelos seus estatutos, consiste na prestação de serviços fundamentais de telecomunicações domésticas e internacionais, abrangendo, nomeadamente, o serviço de telefone e o serviço comutado de transmissão de dados. Para a prossecução do seu objecto social, pode ainda a Empresa: (i) Estabelecer, desenvolver e explorar as infra-estruturas que constituem a rede básica de telecomunicações; (ii) Instalar e explorar infra-estruturas de serviços complementares de telecomunicações e prestar serviços de telecomunicações de valor acrescentado, desde que licenciados nos termos da lei aplicável; e (iii) Exercer actividades comerciais e financeiras relaccionadas directa ou indirectamente com a sua actividade principal ou outras actividades permitidas por lei, mediante prévia autorização do Ministro da Tutela. Os principais serviços de telecomunicações prestados pela Empresa são os relacionados com o serviço telefónico fixo e de aluguer de circuitos de dados (*internet*).

A Empresa é pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, regendo-se pela Lei de Base do Sector Empresarial Público, de 3 de Setembro de 2013, que revogou a Lei nº 9/95, de 15 de Setembro de 1995 ("Lei das Empresas Públicas"), pelos seus Estatutos e, supletivamente, pela Lei das Sociedades Comerciais e demais disposições legais vigentes.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nos princípios contabilísticos da continuidade das operações, do custo histórico, da especialização ou acréscimo, da efectivação das transacções, da substância sobre a forma, da materialidade, da prudência, da objectividade, da não compensação de saldos, da consistência e da comparabilidade.

De acordo com o PGCA, aprovado pelo Decreto-Lei nº 82/01, de 16 de Novembro, são de preparação obrigatória as seguintes componentes das Demonstrações Financeiras:

- O Balanço;
- A Demonstração de Resultados por natureza ou, em sua substituição, a Demonstração de Resultados por funções;
- A Demonstração de Fluxos de Caixa elaborada pelo método directo ou, em sua substituição, a Demonstração de Fluxos de Caixa elaborada pelo método directo; e
- As Notas às contas.

O Despacho n.º 44/2008, de 10 de Novembro de 2008, do Ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, criou a unidade de negócios Infrasat. Sendo que, desde a criação daquela entidade como unidade de negócio, apesar de a mesma ter sido dotado de autonomia Administrativa e Financeira, as contas foram sempre integradas na Angola Telecom. Com efeito a partir de 2018, depois da constituição da Sociedade em 21 de agosto de 2017, no âmbito do Despacho presidencial nº 209/17 de 30 de Junho de 2017, as demonstrações financeiras daquela Sociedade deixaram de estar integradas na Angola Telecom.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro 2021 são apresentadas em Kwanzas ("AKZ").

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2021 da Angola Telecom foram elaboradas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade da República de Angola (doravante "PGC"), aprovado pelo Decreto n.º 82/2001, de 16 de Novembro.

As presentes notas às demonstrações financeiras observam os requisitos de divulgação e de relato financeiro previstos no PGC, respeitando a numeração sequencial aí definida. As notas cujas numerações são omissas não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é materialmente relevante para a leitura e compreensão das demonstrações financeiras anexas.

Conforme convenção estabelecida no PGC, não existe obrigatoriedade de preparar notas para as rubricas que apresentem saldos inferiores a 10% do total do activo líquido em 31 Dezembro de 2021 (no caso de rubricas de balanço) e 5% do total dos proveitos operacionais do exercício findo nessa data (no caso de rubricas da demonstração dos resultados). Não obstante, a Empresa derroga esta convenção sempre que entenda existir necessidade de proceder a divulgações além das obrigatórias para uma melhor compreensão das suas demonstrações financeiras.

2.2 BASES DE VALORIMETRIA ADOPTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Classificação do balanço

Os activos realizáveis a menos de um ano da data do balanço e que sejam expectáveis que se realizem no decurso normal das operações são classificados como correntes.

Todos os restantes activos e passivos são considerados como não correntes.

b) Imobilizações corpóreas

Com referência a 31 de Dezembro de 2007, a Empresa revalorizou o seu imobilizado corpóreo adquirido até àquela data, tendo por base um estudo de inventariação e valorização dos activos da Empresa, realizado em anos anteriores por uma entidade especializada e independente, que qualificou o valor de uso desses bens, o qual passou a constituir o respectivo custo considerado ("*deemed cost*"). O estudo de avaliação supra referido quantificou também a vida útil estimada dos bens, o que permitiu o recálculo das respectivas amortizações acumuladas.

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, acrescido das despesas imputáveis à compra, líquido de amortizações acumuladas e de perdas por imparidade, quando aplicável.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas, em anos:

	Vida útil
Edifícios e outras construções	8 a 50
Equipamento básico	4 a 20
Equipamento de transporte	4 a 14
Equipamento administrativo	3 a 20
Outras imobilizações corpóreas	3 a 20
Imobilizações incorpóreas	3 a 15

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são registados como custos do exercício em que ocorrem. As grandes reparações e beneficiações em imobilizado corpóreo, que impliquem um acréscimo da respectiva vida útil, são registadas como activo e amortizadas ao longo do seu tempo de vida útil estimado.

Os ganhos e perdas nas alienações de imobilizações corpóreas, determinados pela diferença entre o valor de venda e o respectivo valor líquido contabilístico, são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício na rubrica "Resultados não operacionais".

c) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, acrescido das despesas necessárias a incorrer para colocar o imobilizado operacional, deduzido de amortizações acumuladas e de perdas por imparidade, quando aplicável.

O imobilizado incorpóreo é reconhecido apenas quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As imobilizações incorpóreas são amortizadas pelo método das quotas constantes, a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante o período estimado de vida útil.

As imobilizações incorpóreas são constituídas por programas de computador (vida útil 8 anos) e licenças (15 anos).

d) Investimentos em empresas subsidiárias e associadas

Em conformidade com o estabelecido no PGC, as participações financeiras detidas em empresas subsidiárias e associadas são mensuradas ao custo de aquisição, líquido dos correspondentes ajustamentos para investimentos financeiros destinados a garantir que esse montante não excede a respectiva quantia recuperável, não estando prevista a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas. Os dividendos são registados como proveitos quando deliberada a sua distribuição.

e) Existências

As existências encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. Nas situações em que o valor de mercado é inferior ao custo de aquisição é registada uma provisão para depreciação de existências, de forma a reflectir o seu valor realizável.

As existências são compostas, essencialmente, por equipamentos de telecomunicações necessários à prestação dos serviços de telefone, dados e *internet* e pelos respectivos cartões de recarga, antenas e outros equipamentos associado à fornecimento de serviços de telecomunicações

f) Activos e passivos financeiros

(i) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu custo histórico, resultante da taxa de conversão da Unidade de Taxa de Telecomunicações ("UTT") em Kwanzas à data da emissão da factura. As contas a receber não têm implícitos juros, sendo apresentadas em balanço pelo respectivo valor nominal, deduzidos dos ajustamentos para créditos de cobrança duvidosa.

Os ajustamentos para créditos de cobrança duvidosa são registados após análise do risco global de crédito associado aos saldos a receber de clientes e outros devedores, com base em taxas específicas por antiguidade de saldo, que se estima reflectirem as perdas prováveis pela não cobrança das contas a receber. Assim, tendo em conta o disposto, a Empresa manteve os mesmos pressupostos referente às provisões para cobrança duvidosa que, de forma genérica, consistem no seguinte; (i) Dívida superior à 12 meses é provisionado em 100%, (ii) dívida em mora a mais de 6 meses a provisionado em 50%.

Adicionalmente, a Empresa procede a uma análise casuística dos saldos em dívida, nomeadamente em função do perfil de cliente, do histórico de cobranças e liquidações subsequentes.

Os custos relacionados com o reforço dos ajustamentos para cobranças duvidosas são registados por contrapartida de "Resultados não operacionais", sendo subsequentemente revertidos, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada.

(ii) Instrumentos de capital próprio

Consideram-se instrumentos de capital próprio os que evidenciam um interesse residual nos activos da Empresa, após dedução dos seus passivos.

As prestações suplementares recebidas do Estado são registadas na rubrica "Prestações suplementares" no capital próprio, em virtude de, em substância, consubstanciarem prestações adicionais de capital, não reembolsáveis nem onerosas.

(iv) Contas a pagar e outros passivos correntes

As contas a pagar e os outros passivos correntes são registados pelos valores contratuais, conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações cambiais ocorridas.

Os outros passivos correntes correspondem essencialmente às contas de encargos a repartir por períodos futuros, relacionadas com as imobilizações subsidiadas ainda em construção, ou que ainda não se encontram totalmente amortizadas.

(v) Caixa e equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica "Disponibilidades" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outros, vencíveis em ou a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis e com risco insignificante de alteração de valor. Para efeitos da Demonstração dos Fluxos de Caixa, a rubrica de "Disponibilidades" compreende também os descobertos bancários incluídos no Balanço na rubrica de "Empréstimos de curto prazo", quando aplicável.

(vi) Outros activos financeiros

Os outros activos financeiros com o objectivo de serem detidos até à maturidade são classificados como investimentos não correntes ("outros activos financeiros") excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço (neste caso, registados como "títulos negociáveis", na nota de Disponibilidades). Os investimentos financeiros são registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais provisões para perdas destinadas a garantir que o custo não excede o valor de realização.

Nestas rubricas encontram-se incluídas Obrigações de Tesouro ("títulos de dívida pública"), cujas condições da taxa de juro anual são calculadas sobre o valor nominal actualizado de acordo com a variação da taxa de câmbio de referência das operações de compra do dólar norte-americano divulgada pelo Banco Nacional de Angola. Na data de vencimentos dos juros, a Empresa reconhece os rendimentos financeiros directamente na Demonstração de Resultados.

g) Especialização dos exercícios

Os proveitos e os custos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças temporais entre o reconhecimento dos proveitos e dos custos e as respectivas receitas e despesas são relevadas na rubrica de balanço de "Outros activos correntes", "Outros passivos não correntes e contas a pagar" e "Outros passivos correntes" (ver Notas 11, 19 e 21).

h) Provisões para riscos e encargos e passivos contingentes

As provisões para riscos e encargos são reconhecidas pela Empresa quando existe uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que na liquidação dessa obrigação seja necessário um dispêndio de recursos e o montante da referida obrigação possa ser estimada com razoabilidade. Quando alguma destas condições não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivo contingente, a menos que a probabilidade de uma saída de recursos seja remota.

As provisões para reestruturação apenas são reconhecidas quando a Empresa tem um plano detalhado, formalizado e após terem sido comunicados esses factos às entidades envolvidas.

i) Rédito

Os proveitos decorrentes directamente da actividade normal da Empresa (vendas e prestação de serviços) são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu recebimento.

A facturação dos serviços de telecomunicações é efectuada numa base mensal. Sempre que a facturação não é conhecida, os montantes são registados com base numa estimativa do tráfego ocorrido. As diferenças entre os valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente. As fontes de rédito actuais da Empresa são as seguintes:

(i) Prestações de serviços:

Telefone fixo: (i) Tráfego efectuado por clientes finais, o qual pode ser pré-pago ou facturado com base no tempo e tarifário contratado; e (ii) Tráfego de interligação com outros operadores de telecomunicações, o qual é facturado com base no tempo e tarifário contratado.

Os proveitos associados ao tráfego pré-pago são reconhecidos quando os cartões pré-pagos são vendidos, ao invés de quando os clientes efectuam as chamadas. É convicção do Conselho de Administração da Empresa, com base em dados históricos, que numa base continuada, a não especialização deste rédito não produz distorções materialmente relevantes nas presentes demonstrações financeiras.

Internet e dados: tráfego telefónico que é gerado no serviço de acesso à *internet* e serviço de dados.

(ii) Vendas: Os proveitos com a venda de equipamentos (telefones, *modems*, cabos de conexão, etc.) são reconhecidos no momento da venda, líquidos de descontos concedidos.

j) Subsídios

Os subsídios obtidos do accionista (Estado) têm a seguinte tipologia:

- Subsídios ao investimento; e
- Subsídios à exploração.

Os subsídios ao investimento recebidos do Estado apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e que esses subsídios serão recebidos.

Os subsídios ao investimento associados à aquisição ou produção de activos não correntes são inicialmente reconhecidos nas rubricas de "Outros passivos não correntes" e "Outros passivos correntes", sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como proveitos do exercício, de forma consistente e proporcional com as amortizações dos activos cuja aquisição se destinam.

Os subsídios à exploração respeitam a compensações por custos incorridos, pelo que os mesmos são reconhecidos como proveitos do exercício de forma sistemática durante os períodos em que se reconhecem os custos que os mesmos pretendem compensar.

k) Saldos e transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para Kwanzas à taxa de câmbio oficial em vigor na data da transacção.

Os itens não monetários permanecem à taxa de câmbio histórica.

À data do balanço é efectuada a actualização cambial de todos os activos e passivos monetários, aplicando-se a taxa de câmbio fecho oficial. As principais taxas de câmbio, em 31.12.2021 e 31.12.2020, são conforme guem:

Moeda	2021	2020	Var.	Var. %
EUR	629,02	796,73	-167,71	-21%
USD	554,98	649,91	-94,93	-15%
SDR	776,75	936,05	-159,30	-17%

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas na demonstração de resultados do exercício em que foram determinadas como proveitos e custos na rubrica "Resultados financeiros".

l) Responsabilidades assumidas perante o pessoal

(i) Férias, subsídio de férias e subsídio de natal

De acordo com a legislação vigente na República de Angola, os trabalhadores têm anualmente direito a 1 mês de férias remuneradas acrescido de subsídio de férias de igual montante, encargo este que representa um direito adquirido em função dos serviços prestados durante os onze meses anteriores ao do seu pagamento.

Adicionalmente, os trabalhadores têm anualmente direito a um subsídio de Natal que corresponderá, no mínimo, a 50% do salário base, sendo que a Empresa garante o pagamento como subsídio de Natal e de férias à 100% do salário base.

Assim, no final de cada exercício, a Empresa constitui uma responsabilidade para os encargos relativos com férias e subsídios de férias, que serão pagos no exercício seguinte, a qual é registada na rubrica de "Outros passivos correntes" (ver Nota 21).

(ii) Benefícios dos empregados a longo prazo

A Empresa aprovou em Junho de 1996 um regulamento interno no qual garante aos trabalhadores reformados e no activo os seguintes benefícios:

- Complemento de reforma, cujos benefícios poderão representar entre 10% a 30% do último salário base recebido pelo trabalhador no momento da passagem à reforma;
- Pensão de Sobrevivência, pensão a que os cônjuges têm direito após a morte do trabalhador ou pensionista, cujos benefícios podem representar entre 10% e 25% do último salário base recebido pelo trabalhador no momento da passagem à reforma;
- Protecção de reforma, em que a Empresa assume as responsabilidades com salários e segurança social a pré-reformados, entre as datas em que estes trabalhadores deixaram de estar ao serviço da Empresa e a data elegível para a reforma;
- Atribuição de um telefone de residência e de um subsídio de telecomunicações aos trabalhadores pré-reformados e reformados; e
- Atribuição de um subsídio de funeral.

O valor presente das responsabilidades com benefícios aos empregados é calculado com base em metodologias actuariais, as quais utilizam determinados pressupostos financeiros e actuariais. Quaisquer alterações desses pressupostos terão impacto no valor contabilístico das responsabilidades. Os principais pressupostos financeiros e actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com benefícios aos empregados estão descritos na Nota 17. A Empresa tem como política rever periodicamente os principais pressupostos actuariais, caso o seu impacto seja material nas demonstrações financeiras.

m) Regime fiscal

A Empresa encontra-se sujeita aos seguintes impostos e contribuições numa base recorrente:

(i) Imposto sobre os lucros (Imposto industrial): este imposto corresponde a 35% da matéria colectável, o qual é calculado com base nos registos contabilísticos da Empresa ajustado por custos e proveitos não aceites fiscalmente;

(ii) Segurança Social: esta contribuição corresponde a 11% das remunerações do pessoal, sendo que 3% são da responsabilidade do trabalhador;

(iii) Imposto sobre os rendimentos do trabalho ("IRT"): este imposto é retido pela Empresa no processamento dos ordenados dos trabalhadores, sendo calculado com base nas remunerações destes. Ao abrigo da Lei n.º 18/14, de 22 de Outubro, foram definidos 13 escalões crescentes variáveis, sendo a taxa máxima de 25%;

(iv) Imposto do selo: este imposto é liquidado mensalmente correspondendo a 1% sobre o recibo das vendas e prestações de serviços até 30 Setembro 2019;

(v) Lei do código do imposto industrial: a Lei 19/14, de 22 de Outubro, estabelece o regime tributário de liquidação e pagamentos provisórios antecipado em sede de Imposto industrial relativamente às prestações de serviços (à taxa de 6,5%) operando por retenção na fonte;

(vi) Imposto de consumo: de acordo com o Decreto Presidencial 3-A/14 de 21 de Outubro, este imposto é processado mensalmente na facturação e corresponde a 5% do serviço prestado (aplicável até 30 Setembro 2019);

(vii) Imposto predial urbano ("IPU"): a Lei 18/11, de 21 de Abril, estabelece que o pagamento do imposto predial urbano sobre rendimentos de imóveis, opera por retenção na fonte à taxa de 15% caso o imóvel esteja arrendado, para o IPU património a taxa é fixada em 05% do valor patrimonial sujeito.

(viii) Imposto sobre o valor Acrescentado: A Lei nº 7/19, de 24 de Abril (que revoga o regulamento do imposto de consumo e o imposto de selo), estabelece que estão sujeitos ao IVA a uma taxa de 14%, as transmissões de bens e prestações de serviços, efectuadas em território nacional a título oneroso por um sujeito passivo, agindo nessa qualidade e as Importações de bens. A Angola Telecom como operador de telecomunicações, está obrigada ao abrigo da lei do IVA a cativação de 50% do IVA cobrado pelos fornecedores de aquisição de bens e serviços aquando do pagamento das respectivas facturas.

De acordo com a legislação em vigor na República de Angola, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa referentes aos anos de 2017 a 2021 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Empresa entende que as correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

O Conselho de Administração da Empresa, entende que as correcções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

o) Erros, erros fundamentais, alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas

A correcção de erros na preparação das demonstrações financeiras de um ou mais exercícios anteriores que sejam identificados no exercício corrente é reconhecida em resultados do exercício (resultados não operacionais), excepto se reunirem as características para serem considerados erros fundamentais (erros materialmente relevantes).

As alterações nas políticas contabilísticas apenas são efectuadas nos casos em que seja exigida por disposições contabilísticas emitidas por órgão competente para o efeito ou se a alteração resultar numa apresentação mais apropriada de acontecimentos ou de transacções nas demonstrações financeiras da Empresa.

De acordo com o PGC, os efeitos dos erros fundamentais e das alterações de políticas contabilísticas são registados em resultados transitados, sendo os mesmos divulgados nas notas às demonstrações financeiras, nomeadamente a sua natureza e os seus efeitos na informação financeira do exercício (ver Nota 14).

As alterações de estimativas decorrem de alterações nas circunstâncias nas quais tais estimativas se basearam em resultado de novas informações, de mais experiência ou de desenvolvimentos subsequentes. Por essa razão, os efeitos das alterações de estimativas são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício, na mesma rubrica anteriormente usada para reconhecer a estimativa inicial.

p) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data das demonstrações financeiras que afectem o valor dos activos e dos passivos existentes à data das referidas demonstrações financeiras, se materialmente relevantes, são considerados na preparação das demonstrações financeiras do exercício. Outros eventos, se significativos, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

q) Aspectos julgamentais mais significativos

Na preparação das presentes demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da Empresa utilizou estimativas e pressupostos que afectam a informação financeira ora relatada.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros factores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida. As estimativas contabilísticas e os aspectos julgamentais foram determinados com base na melhor informação disponível à data da preparação das presentes demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em exercícios subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estimativas e aspectos julgamentais que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras são corrigidas em resultados do exercício de forma prospectiva.

2.3 PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE DAS OPERAÇÕES

Em 31/12/2021, o capital próprio da Empresa é negativo e os passivos correntes excedem os activos correntes em 137.341.946 milhares de Kwanzas, resultado de prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

Apesar do Conselho de Administração continuar a realizar acções que visem garantir a prestação de serviços com crescente qualidade, a situação financeira da Empresa, traduzida de forma sumária acima, revela dificuldades de ordens diversas, que continuam a merecer a atenção quer por parte do Conselho de Administração quer por parte do seu accionista.

O Conselho de Administração entende, contudo, que o princípio da continuidade se mantém adequado para a preparação das demonstrações financeiras, sendo sua convicção que a Angola Telecom, enquanto Empresa Pública, continuará a ter o apoio do Estado necessário para desenvolver os planos que lhe permitam assegurar o equilíbrio económico-financeiro. De entre as medidas de apoio identificadas, salienta-se a autorização concedida, conforme Despacho Presidencial nº 99/21 de 17 de Junho de 2021, para a subconcessão da rede de transporte da infraestrutura nacional e internacional e metropolitana (ver Nota 42), para além dos apoios financeiros prestados pela FADCOM.

3. ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ERROS FUNDAMENTAIS E ASPECTOS JULGAMENTAIS MAIS SIGNIFICATIVOS

Não há a registar qualquer alteração nas políticas contabilísticas no corrente período.

C. NOTAS AO BALANÇO

4. IMOBILIZADO CORPÓREO

A composição do imobilizado corpóreo em 31 de Dezembro de 2021 é conforme se segue:

Rubricas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Terrenos e recursos naturais	8.241.409.478		8.241.409.478
Edifícios e outras construções	9.524.014.563	(3.367.802.624)	6.156.211.939
Equipamento básico	123.749.496.986	(76.822.556.153)	46.926.940.833
Equipamento de transporte	1.251.804.206	(1.195.001.074)	56.803.133
Equipamento administrativo	2.303.178.821	(1.654.074.262)	649.104.559
Outras imobilizações corpóreas	377.712.813	(356.206.145)	21.506.669
	145.447.616.867	(83.395.640.258)	62.051.976.609

4.1 Movimentos, ocorridos durante o exercício, no valor bruto

Os movimentos ocorridos nos valores brutos durante o exercício são conforme segue:

	ACTIVO BRUTO				
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Transferências	Regularizações	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	8.241.409.478	-	-	-	8.241.409.478
Edifícios e outras construções	9.524.014.563	-	-	-	9.524.014.563
Equipamento básico	123.748.747.136	749.850	-	-	123.749.496.986
Equipamento de transporte	1.251.804.206	-	-	-	1.251.804.206
Equipamento administrativo	2.294.000.269	9.178.552	-	-	2.303.178.821
Outras imobilizações corpóreas	377.712.813	-	-	-	377.712.813
	145.437.688.465	9.928.402	-	-	145.447.616.867

4.2 Movimentos, ocorridos durante o exercício, nas amortizações acumuladas

Os movimentos ocorridos nas amortizações acumuladas durante o exercício são conforme se segue:

	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS			
Rubricas	Saldo inicial	Reforço Nota 29	Regularizações	Saldo final
Edifícios e outras construções	(3.065.394.219)	(302.408.405)		(3.367.802.624)
Equipamento básico	(68.448.376.587)	(8.374.179.566)		(76.822.556.153)
Equipamento de transporte	(1.111.762.815)	(83.238.259)		(1.195.001.074)
Equipamento administrativo	(1.501.104.399)	(152.969.863)		(1.654.074.262)
Outras imobilizações corpóreas	(342.708.030)	(13.498.115)		(356.206.145)
	(74.469.346.050)	(8.926.294.208)	-	(83.395.640.258)

O reforço de amortizações na rubrica de “Equipamento básico”, inclui os montantes de 1.140.551.651 Kwanzas e 1.254.314.612 Kwanzas, os quais resultam de revisões de estimativa das vidas úteis dos equipamentos registados no âmbito dos projectos “CDMA EXPANSÃO” e “WIMAX”, respectivamente, após avaliação realizada por parte dos serviços ter concluído que, tratando-se de tecnologias antigas e/ou com níveis significativos de obsolescência, se estima virem a ser substituídas / entrarem em desuso até 2023/2024.

5. IMOBILIZADO INCORPÓREO

A composição do imobilizado incorpóreo em 31 de Dezembro de 2021 é conforme se segue:

Rubricas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Software	5.331.551.268	(4.912.240.665)	419.310.603
Outras imobilizações incorpóreas	19.811.400.000	(4.816.212.822)	14.995.187.178
	25.142.951.268	(9.728.453.487)	15.414.497.781

5.1 Movimentos, ocorridos durante o exercício, no valor bruto

Os movimentos ocorridos nos valores brutos do imobilizado incorpóreo, durante o exercício, são conforme se segue:

	ACTIVO BRUTO				
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Transferências	Outros movimentos	Saldo final
Software	5.331.551.268		-	-	5.331.551.268
Outras imobilizações incorpóreas	19.811.400.000	-		-	19.811.400.000
	25.142.951.268	-	-	-	25.142.951.268

A rubrica de Outras imobilizações incorpóreas respeita ao "Contrato de Concessão para o exercício de actividades de comunicações electrónicas" celebrado entre a Angola Telecom e o Estado Angolano (representado pela INACOM). A concessão é válida pelo período de 15 anos.

5.2 Movimentos, ocorridos durante o exercício, nas amortizações acumuladas

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2021, os movimentos ocorridos nas amortizações acumuladas, são como segue:

Rubricas	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				
	Saldo inicial	Aumentos (Nota 29)	Regularizações	Outros movimentos	Saldo final
Software	(3.592.801.455)	(1.319.439.210)		-	(4.912.240.665)
Outras imobilizações incorpóreas	(3.784.587.935)	(1.031.624.887)	-	-	(4.816.212.822)
	(7.377.389.390)	(2.351.064.097)	-	-	(9.728.453.487)
Valor líquido contabilístico	17.765.561.878				15.414.497.781

6. INVESTIMENTOS EM EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2021 os investimentos em empresas subsidiárias e associadas têm a seguinte composição:

	% Participação	Capital social subscrito	Prestações suplementares concedidas	Empréstimos	Provisões acumuladas	Valor de balanço líquido 2021	Valor de balanço líquido 2020
Empresas subsidiárias:							
Angola Cables, S.A. ("Angola Cables")	51%	198.900.000	6.691.200.000	708.663.403	-	7.598.763.403	7.598.763.403
Empresas associadas:							
TVCabo Angola, Lda ("TVCabo Angola")	50%	567.817.684	-	-	-	567.817.684	567.817.684
Infrasat - Telecomunicações, S.A. ("Infrasat")	40%	24.000.000	-	-	-	24.000.000	24.000.000
Multitel - Serviços de Telecomunicações, Lda ("Multitel")	30%	25.224.405	-	-	-	25.224.405	25.224.405
ELTA - Empresa de Listas Telefónicas de Angola, Lda ("ELTA")	20%	8.585.584	-	-	(8.585.584)	-	8.585.584
		625.627.673	-	-	(8.585.584)	617.042.089	625.627.673
		824.527.673	6.691.200.000	708.663.403	(8.585.584)	8.215.805.491	8.224.391.075

Empresas subsidiárias:

Em 31 de Dezembro de 2021 apenas a participação financeira de 51% detida na empresa Angola Cables (empresa de direito angolano criada para a gestão dos interesses da participação das empresas de telecomunicações nacionais no cabo submarino (WACS) configura um investimento numa empresa subsidiária. As prestações suplementares concedidas foram subsidiadas pelo Estado em 2010, 2011, 2012 e 2013, para o arranque das operações da Angola Cables em 2013. Os investimentos na Angola Cables referentes ao projecto WACS são subsidiados na totalidade e, como tal, reconhecidos como subsídio ao investimento no âmbito dos PIP's (ver Nota 19) actuando a Empresa apenas como intermediária nos custos do investimento.

7. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

Rubricas	Valor Bruto	Provisões	Vaor Líquido Total
Investimentos em outras empresas			
Movicel Telecomunicações, S.A. ("Movicel")	7.727.026	-	7.727.026
Banco Credicorp, S.A. ("Banco Credicorp")	112.882.500	(112.882.500)	-
Rascom	20.427.564	(20.427.564)	-
Banco de Comércio e Indústria, S.A. ("BCI")	2.851.908		2.851.908
	143.888.998	(133.310.064)	10.578.933
Outros investimentos financeiros			
Obrigações do Tesouro	300.371.583	-	300.371.583
	300.371.583	-	300.371.583
	444.260.581	(133.310.064)	310.950.516

Investimentos em outras empresas:

A Movicel foi constituída em 2002 com um capital social de USD 500.000 (equivalente a AKZ 23.850.000 ao câmbio histórico), tendo a Angola Telecom subscrito nessa data 99% do capital social. Esta empresa passou a desenvolver a actividade de serviço telefónico móvel que, até 30 Junho de 2003, era desenvolvida pela Angola Telecom. Em 1 de Julho de 2003, foi efectuada a alienação dos activos imobilizados e a cessão dos saldos de clientes para a Movicel relacionados com aquele serviço. Com data de 26 de Agosto de 2009, a Resolução n.º 67/2009, do Conselho de Ministros, aprovou a privatização da Movicel, ficando a Angola Telecom com uma participação de 18% do capital social, integralmente realizada.

Outros investimentos financeiros:

Estes respeitam a "Obrigações do Tesouro", registados ao custo, domiciliadas no banco BPC e conforme segue:

ISIN	Código Negociação	Tipologia	Maturidade Emissão	Maturidade Vencimento	Unidades	Preço Emissão	Valor AOA
AOTNOI071216	0K30D23A	OT-TX	30/12/2016	30/12/2023	1.451	207.010	300.371.583

Estes activos encontram-se dados como garantia de um passivo (conta corrente caucionada) para com o BPC (Nota 20).

9. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES E CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica de Outros Activos Não Correntes e Contas a receber" tem a seguinte composição:

Rubricas	Corrente	Não Corrente		
		Vencível a Menos de 5 Anos	Vencível a Mais de 5 Anos	Total
Valor bruto				
Clientes - correntes	50.999.623.653	-	-	-
Participantes e participadas (Nota 40)				
- Saldos - correntes	11.869.253.602	-	-	-
- Outros - saldos	-		9.178.117.649	9.178.117.649
Fornecedores - saldos devedores	556.235.330	-	-	-
Estado	41.876.035	-	-	-
Pessoal	275.838.626	-	-	-
Outros	45.021.842	-	-	-
Clientes - recebimentos não alocados	(7.559.110.247)	-	-	-
Provisões para cobrança duvidosa	(36.891.136.887)	-	(7.837.007.350)	(7.837.007.350)
	19.337.601.953	-	1.341.110.299	1.341.110.299

(i) O saldo da rubrica "Clientes – correntes" é composto, maioritariamente, por saldos a receber de "clientes gerais diversos", excluindo saldos a receber de entidades relacionadas (Participantes e participadas). Esta rubrica compreende, ainda, saldos a receber de "clientes tráfego" e "serviços de renda";

(ii) Os saldos a receber de "Participantes e participadas" respeitam a saldos de diversas naturezas com entidades relacionadas (nomeadamente empréstimos, contas a receber, outros). Parte significativa destes saldos (7.837.007.350 Kwanzas, a receber da Movicel, relativos à transferência do serviço telefónico móvel para a Movicel em Julho de 2003) está provisionada.

(iii) A rubrica "Fornecedores – saldos devedores" corresponde a adiantamentos efectuados a fornecedores cujos serviços não haviam sido prestados e/ou documentos de suporte (facturas originais) não haviam sido recepcionadas até 31 de Dezembro de 2021. Por prudência, em 31/12/2021, estes saldos foram totalmente provisionados.

(iv) O saldo da rubrica de "Clientes – recebimentos não alocados" respeita a pagamentos efectuados por clientes os quais, em 31 de Dezembro de 2021, ainda não haviam sido alocados às respectivas contas de clientes.

(v) As contas a receber de "Pessoal" resultam dos empréstimos e adiantamentos salariais atribuídos aos trabalhadores. Estas contas a receber estão registadas pelo seu valor nominal, tendo a Empresa constituído, em exercícios anteriores, provisões para reduzir aqueles saldos ao seu valor estimado de recuperação.

Provisões para cobrança duvidosa

Os movimentos ocorridos, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, nas provisões para cobrança duvidosa, são conforme seguem:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos (Nota 33)	Diminuições (Nota 33)	Saldo Final
Provisões para Clientes - correntes	(41.515.901.557)	(2.984.256.925)	8.434.907.467	(36.065.251.015)
Provisões para Participantes e participadas	(7.837.007.350)	-	-	(7.837.007.350)
Provisões para Pessoal	(269.650.543)	-	-	(269.650.543)
Provisões para saldos devedores de fornecedores	-	(556.235.330)	-	(556.235.330)
	(49.622.559.450)	(3.540.492.254)	8.434.907.467	(44.728.144.237)

As diminuições das provisões para cobrança duvidosa de "Clientes – correntes", verificado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, decorre da análise do risco global de crédito associado aos saldos a receber de clientes e outros devedores, sendo que a referida análise contempla, entre outros, dados históricos (nomeadamente de cobranças), liquidações subsequentes e outros elementos, tais como encontros de contas em curso em 31 de Dezembro de 2021. Para além do exposto, no âmbito da preparação das demonstrações financeiras em 31/12/2021, foram considerados, para o efeito da estimativa de provisão de cobrança duvidosa de clientes, os recebimentos não alocados anteriores a 01/01/2021.

10. DISPONIBILIDADES

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica de "Disponibilidades" tem a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2021	31-12-2020
Depósitos à ordem	303.087.464	355.659.440
Depósitos a prazo	800.000	4.000.000
Valores em caixa	1.616.960	2.310.503
	305.504.424	361.969.943

11. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de dezembro 2020, a rubrica de "Outros activos correntes" tem a seguinte composição:
:

Rubricas	2021	2020
Proveitos a facturar		
Serviços genéricos	4.765.952.073	3.111.402.598
Juros	276.239.663	252.579.163
	5.042.191.736	3.363.981.761
Encargos a repartir por períodos futuros		
Outros	16.368.897	-
	16.368.897	-
	5.058.560.633	3.363.981.761

O montante de juros respeita ao acréscimo de juros calculados sobre o empréstimo concedido à participada Angola Cables (registado na Nota 6).

12. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de Dezembro 2020, esta rubrica era composta conforme segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Capital	16 195 410 000	-	-	16 195 410 000
Prestações suplementares	30 769 614 103	-	-	30 769 614 103
	46 965 024 103	-	-	46 965 024 103

Capital e prestações suplementares

O n.º 2 do art.º 5.º do Estatuto da Empresa, aprovado pelo Decreto n.º 8/1997, de 21 de Fevereiro de 1997, refere que o aumento de capital social poderá ter lugar se autorizado pelo Ministro das Finanças, mediante proposta da Comissão de Gestão Interina, acompanhada de parecer do Conselho Fiscal. Nestas circunstâncias, a Angola Telecom passou a registar as transferências de fundos do Estado Angolano, na rubrica de "Prestações suplementares". Não há a registar quaisquer movimentos ocorridos no exercício.

13. RESERVAS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, esta rubrica era composta conforme segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Reserva legal	509 169 047	-	-	509 169 047
Reserva para investimentos	4 535 613 237	-	-	4 535 613 237
Fundo social	523 832 313	-	-	523 832 313
	5 568 614 597	-	-	5 568 614 597

Reserva legal

Tal como definido no art.º 33.º do Estatuto da Empresa, a reserva legal deve ser reforçada anualmente, no mínimo em 10% dos resultados líquidos apurados em cada exercício, se positivos. A reserva legal não está disponível para distribuição.

Reserva para investimentos

Esta reserva é constituída para fazer face a futuros investimentos da Empresa. Tal como definido no art.º 33.º do Estatuto da Empresa, esta reserva deve ser reforçada anualmente no mínimo de 50% dos resultados líquidos apurados em cada exercício, se positivos, não estando disponível para distribuição.

Fundo social

Esta reserva destina-se a garantir o financiamento de despesas excepcionais e de cariz social dos trabalhadores. Conforme estabelecido no art.º 33.º do Estatuto da Empresa, esta reserva é reforçada unicamente através de aplicação de resultados líquidos apurados em cada exercício, se positivos, e a afectação dos mesmos deve ser igual a pelo menos 5% do mesmo. Não há a registar quaisquer movimentos ocorridos no exercício relativamente a estas rubricas.

14. RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de Dezembro 2021 e 31 de Dezembro de 2020, esta rubrica era composta conforme segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Transferência dos resultados do exercício anterior	(114.713.819.781)	(32.487.206.647)	-	(147.201.026.429)
Aplicação de resultados	(32.487.206.647)	-	32.487.206.647	-
Erros fundamentais	(40.605.324.369)	-		(40.605.324.369)
Ajustamentos em activos financeiros	-	-	-	-
Outros movimentos	(819.389.513)	-		(819.389.513)
	(188.625.740.311)	(32.487.206.647)	32.487.206.647	(188.625.740.311)

O movimento ocorrido no exercício de 2021 resume-se à aplicação do resultado líquido do exercício anterior, negativo, no montante de 32.487.206.647 Kwanzas.

15. EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Em 31 de Dezembro de 2021 a rubrica " Empréstimos de médio e longo prazo" tem a seguinte composição

	31-12-2021			
Rubrica	Correntes	Vencível até 5 ano	Vencível a mais de 5 ano	Total
FUNDO DE APOIO DE DESENVOLVIMENTO DAS TELECOMUNICAÇÕES (FADCOM)	-	-	1.804.816.802	1.804.816.802
	-	-	1.804.816.802	1.804.816.802

O montante desta rubrica diz respeito a um valor disponibilizado pelo FADCOM a título de "empréstimo", concedido com o objetivo de, entre outros, a amortizar dívida com prestadores de serviços estratégicos, e pagamento ao INSS. Este empréstimo foi classificado como não corrente, atendendo à expectativa da Administração de que apenas será liquidado num prazo superior a 5 anos, embora os termos e condições não definam, ainda, maturidade nem eventual remuneração. Contudo, a Empresa entende que não tem direito unilateral de deferir a liquidação desta dívida a mais de um ano, aguardando a formalização dos acordos que permitam clarificar os respectivos termos e condições.

17. PROVISÕES PARA PENSÕES

Conforme referido na Nota 2.2 l), a Empresa tem um conjunto de responsabilidades para com os seus trabalhadores no activo, pré-reformados, reformados e pensionistas.

A responsabilidade actual actuarial decorrente dos benefícios de longo prazo acima referidos foi determinada com referência a 31 de Dezembro de 2021, valorizada através de um estudo actuarial, elaborado por uma entidade especializada e independente, com base no "Método do crédito unitário projectado" até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

	31-12-2021			
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições (Nota 33)	Saldo final
Pós Emprego	11.530.973.322	-	827.092.981	10.703.880.341
	11.530.973.322	-	827.092.981	10.703.880.341

A taxa anual de desconto das responsabilidades foi definida com base na experiência do mercado.

A taxa anual de crescimento salarial foi determinada de acordo com a política salarial definida pela Empresa, encontrando-se essencialmente indexada à inflação de longo-prazo.

A taxa anual de crescimento das pensões tem por base o pressuposto da não actualização das pensões, de acordo com a política salarial definida pela Empresa.
Os principais pressupostos utilizados são conforme segue:

PREMISSAS E HIPÓTESES	2021
Tábua de Mortalidade / Sobrevivência:	PF – 60/64.
Tábua de entrada em Invalidez:	Não utilizada
Tábua de Mortalidade de Inválido:	Não utilizada
Tábua de Rotatividade / Saída:	Não considerada.
Idade de Reforma	60
% de Participantes com dependentes	Não utilizada
Diferença de Idade entre sobrevivente órfão	Não utilizada.
Salário Pensionável:	Salário Base
Taxa Real de Juro	5,5% ao ano.
Taxa de crescimento salarial:	4% ao ano
Taxa de crescimento das pensões	0% ao ano
Nº de benefícios por ano:	12
Data de Corte	31/12/2021
Moeda de referência e de cálculo	(Akz) Kwanza

18. PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

O movimento das provisões para outros riscos e encargos no decurso do período findo em 31 de Dezembro 2020 como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos (Nota 33)	Reduções (Nota 33)	Saldo final
Processos judiciais em curso	144.000.000	-	-	144.000.000
Contingências fiscais	1.065.945.354	-		1.065.945.354
Outros Riscos encargos	779.760.081	-		779.760.081
	1.989.705.435	-	-	1.989.705.435

Em 31 de Dezembro de 2021, as "Provisões para outros riscos e encargos" correspondem a uma estimativa, por parte da Administração, para fazer a potenciais riscos e encargos que possam resultar de determinadas matérias que, à data de preparação das demonstrações financeiras, se encontram em análise. Esta estimativa é realizada com base nas situações que são do conhecimento da Administração, avaliadas por parte do Gabinete Jurídico e, sempre que aplicável, por advogados externos.

Em particular, a rubrica de "Outros riscos e encargos", no montante de 779.760.081 Kwanzas, respeita à responsabilidade estimada relativa aos complementos de reforma cujo pagamento se encontra suspenso desde 2017.

19. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES E CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica "Outros passivos não correntes" tem a seguinte composição:

Rubricas	Corrente	Não Corrente		
		Vencível a Menos de 5 Anos	Vencível a Mais de 5 Anos	Total
Fornecedores - correntes	124.862.762.461	-	-	-
Fornecedores em recepção e conferência	877.874.407	-	-	-
Participantes e participadas (Nota 40):				
Conta corrente	6.893.678.332	-	-	-
Facturas em recepção e conferência	2.881.952.837	-	-	-
Outros saldos	871.711.424	1.109.453.333	24.510.000	1.133.963.333
Participantes e participadas (Nota 40) - subtotal:	*10.647.342.594*	*1.109.453.333*	*24.510.000*	*1.133.963.333*
Estado (a)	11.143.579.626	-	-	-
Pessoal	51.034.456	-	-	-
Fornecedores de imobilizado	1.963.748.480	-	-	-
Outros	346.984.955	-	3.569.765.415	3.569.765.415
Proveitos a Repartir por Periodos Futuros	9.095.999.135	27.473.827.089	11.816.089.827	39.289.916.916
	158.989.326.116	28.583.280.422	15.410.365.242	43.993.645.664

Os saldos a pagar a "Fornecedores – correntes" resultam de compra de bens e serviços correntes. A diminuição verificada no exercício inclui, essencialmente, o efeito da valorização da moeda nacional (Kwanzas) sobretudo face ao Euro e Dólar-americano, moedas em que se encontram denominados parte substancial dos passivos da Empresa.

O saldo "Fornecedores em recepção e conferência" respeitam a facturas de aquisição de serviços que, em 31/12/2021, se encontravam ainda em análise e conferência por parte dos serviços da Empresa e que, pese embora não tenham sido registadas nas respectivas contas correntes de fornecedores, foram registadas como passivos para posterior regularização.

As rubricas integrantes de "Participantes e participadas (Nota 40)" incluem passivos resultantes de aquisição de serviços a entidades relacionadas, incluindo manutenção, conservação e reparação, circuitos e interligação.

As contas a pagar ao "Estado" incluem impostos (e contribuições, no caso da INSS), as quais têm vindo a acumular ao longo em virtude de dificuldades de tesouraria. O Conselho de Administração da Empresa tem envidado esforços para a liquidação das referidas dívidas, as quais resultaram, entre outros, de compromissos que a Empresa assumiu nos últimos exercícios. O Conselho de Administração estima liquidar estas responsabilidades num futuro próximo não antecipando fluxos de caixa relacionados com multas e/ou juros de mora (para além dos que já se encontram registados, nomeadamente a sub-rubrica "Juros (Acordo INSS)"). Parte do montante dos impostos em dívida, no montante de 538.250.431 Kwanzas (registado na Nota 9, rubrica "Clientes – recebimentos não alocados" conferência"), encontra-se em vias de ser regularizado por meio do acordo celebrado entre o Ministério das Finanças (AGT) e Angola Telecom, resultante da dívida organismos Públicos. No exercício findo em 31/12/2021, e na sequência de correspondência entre a Empresa e a AGT, foi desreconhecido um montante de 3.634.545.145 Kwanzas ("Anulação de passivos não exigíveis" – Nota 33) relativo a Imposto Industrial de exercícios anteriores que, de acordo com informação obtida, não constitui passivo exigível por parte daquela autoridade.

A rubrica de "Outros", não corrente, inclui o montante de 3.569.765.415 Kwanzas relativo à subvenção / subsídio concedido por parte do Ministério das Telecomunicações, em exercícios anteriores, para efeitos de realização de prestações suplementares na subsidiária Angola Cables.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica "Proveitos a repartir por períodos futuros" respeitam a "Subsídios ao investimento" os quais correspondem aos subsídios atribuídos pelo Ministério das Finanças relativo a "PIP's", e estão mensurados pelo valor líquido contabilístico (custo de aquisição) dos bens subsidiados com recurso à dotação orçamental, e que irão ser reconhecidos em resultados em exercícios subsequentes. Este passivo divide-se em "corrente" e "não corrente", em função da vida útil dos bens subsidiados.

20. EMPRESTIMOS DE CURTO PRAZO

Em 31 de Dezembro de 2021 a rubrica " Empréstimos de curto Prazo" tem a seguinte composição:

Rubrica	Saldo Inicial	Aumento	Diminuições	Saldo Final
BPC - SEDE (0001-011020-036) CCCREDITO	206.853.070	-	(44.334.889)	162.518.181
	-	-	-	-
	-	-	-	-
	206.853.070	-	(44.334.889)	162.518.181

Esta rubrica respeita a uma conta corrente caucionada, com o Banco BPC, aberta durante o exercício de 2020, para efeitos de reforço de tesouraria, nomeadamente o cumprimento das obrigações associadas ao consórcio SAT 3.

De acordo com contracto celebrado entre as partes (em 03 de Março de 2020), as condições deste empréstimo são conforme segue:

- Montante limite de utilização: 600.000.000 Kwanzas;
- Taxa de Juros: Luibor 3M + Spread 3,5% (perfazendo 19,61%);
- Período: 180 dias (renovável).
- Garantias: Títulos de Dívida Publica ("Obrigações do Tesouro") no montante de 300.371.582,55 Kwanzas (Nota 7).

21. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro 2021 e 31 Dezembro de 2020, a rubrica de "Outros passivos correntes" têm a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2021	31-12-2020
Encargos a pagar:		
Remunerações a liquidar (i)	476.369.654	527.111.396
Outros acréscimos de custos operacionais (ii)	2.733.893.997	1.694.868.939
	3.210.263.651	2.221.980.335
Proveitos a repartir por exercícios futuros:		
TV Cabo Angola (Nota 40)	237.740.000	1.584.933.333
	237.740.000	1.584.933.333
	3.448.003.651	3.806.913.668

(i) O saldo desta rubrica é composto pela estimativa de subsídio de férias e férias a pagar em 2022, cujo direito é obtido pelos trabalhadores no exercício corrente de 2021.

(ii) Respeita a custos operacionais, no qual, a documentação de suporte foi recebida por parte da Empresa apenas em 2021.

Por outro lado, os proveitos a repartir por períodos futuros respeitam a um contrato celebrado com a TV Cabo (contrato de cedência de direito de utilização), o qual prevê que a Empresa ceda à TV Cabo um direito irrevogável de utilização de conectividade de tráfego internacional (largura de banda internacional de acesso à internet), com capacidade de 10 Gigabits por um período de 10 anos. A variação observada face a 31/12/2020 respeita à reclassificação da parte não corrente deste passivo (ie, montante a realizar em montante superior a 1 ano) para a Nota 19 (Contas a pagar e outros passivos não correntes).

NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

23. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As prestações de serviços reconhecidas no período findo em 31 de dezembro de 2021 e de 31 de Dezembro de 2020 têm a seguinte composição:

Rubricas	2021	2020
Mercado Interno		
Serviços Genéricos	9.273.642.380	10.154.352.228
Tráfego	1.785.563.218	1.932.521.782
Descontos e abatimentos	-70.119.177	-
	10.989.086.420	12.086.874.010

As prestações de serviços genéricos respeitam essencialmente a serviços de telefonia fixa, circuitos alugados e internet. As prestações de serviços referentes a tráfego compreendem o rédito com os serviços de interligação.

A redução verificada na prestação de serviços – face a 2020 e, sobretudo, face a exercícios anteriores - resulta, essencialmente do cancelamento, em 2020, do contrato entre a Angola Telecom e Angola Cables relacionado com a revenda da capacidade do SAT 3, tendo sido desativado a Rota Luanda – Lisboa (SWAP). O montante anual deste mesmo contrato ascendia, em exercícios anteriores até 2019, a aproximadamente 2,8 Mil milhões de Kwanzas. Foram ainda cancelados determinados serviços com a Unitel, Movicel e Mundo Startel cujo montante global dos serviços, em exercícios anteriores, ascendia a aproximadamente 3,8 Mil milhões de Kwanzas.

24. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, os outros proveitos operacionais apresentam a seguinte composição:

Rubricas	2021	2020
Plano de Saúde	-	6.900
Subsídios a Investimentos	9.441.110.411	7.597.261.599
	9.441.110.411	7.597.268.499

A rubrica de “Subsídios a Investimentos” regista os subsídios a fundo perdido concedidos à Empresa, destinados a financiar imobilizados amortizáveis (correspondentes ao Projectos de Investimento Público (PIP’s)) e cujos proveitos são registados pelos mesmos montantes das amortizações, do exercício, dos respectivos activos.

28. CUSTOS COM PESSOAL

A rubrica "Custos com o pessoal", nos períodos findos em 31 de Dezembro de 20201e de 31 de dezembro de 2020, apresenta a seguinte composição

Rubricas	2021	2020
Remunerações Orgão Social	128.117.463	165.500.903
Remuneração Pessoal	4.096.846.797	4.241.012.150
Pensões	0	1.280.155
Encargos remuneração	299.157.867	353.272.357
Seguros de Acidentes de Trabalho	63.122.482	58.992.974
Formação	7.133.458	3.204.591
Outros custos com pessoal	84.752.111	56.026.727
	4.679.130.178	4.879.289.857
Número de empregados ao serviço da empresa	1.016	1.062

A rubrica de "Outros custos com pessoal" inclui essencialmente dispêndios com medicamentos e assistência médica, alimentação e ajudas de custo. O número de empregados acima inclui pré-reformados.

29. AMORTIZAÇÕES

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica de "Amortizações" decompõem-se como se segue

Rubricas	2021	2020
Imobilizações corpóreas (Nota 4)	8.926.294.208	7.123.769.273
Imobilizações incorpóreas (Nota 5)	2.351.064.097	2.352.231.433
	11.277.358.305	9.476.000.706

O aumento registado na rubrica de "Imobilizações corpóreas" resulta da revisão da estimativa de vidas uteis de alguns bens, conforme explicado na Nota 4.

30. OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS

A rubrica "Outros custos e perdas operacionais", nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 31 de Dezembro de 2020, tem a seguinte composição:

Rubricas	2021	2020
Fornecimentos e serviços externos:		
Assistência técnica	2.851.425.424	4.812.589.558
Serviços de interligação	2.274.295.798	3.338.024.522
Honorários e avenças	205.084.761	421.980.254
Conservação e reparação	109.099.497	484.173.807
Vigilância e segurança	162.660.313	168.064.630
Combustíveis	88.612.436	94.921.289
Limpeza, higiene e conforto	228.862.779	197.393.892
Electricidade	279.450.451	77.727.821
Rendas e alugueres	104.641.053	136.389.770
Material de escritório	29.056.893	33.915.439
Deslocações e estadas	31.907.466	9.913.889
Publicidade e propaganda	-	870.000
Outros fornecimentos e serviços	121.425.247	98.882.539
	6.486.522.118	9.874.847.409
Impostos	9.127.255	395.205.907
Quotizações	7.511.637	20.749.117
	16.638.892	415.955.024
	6.503.161.010	10.290.802.433

31. RESULTADOS FINANCEIROS

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, os resultados financeiros são determinados conforme segue:

Rubricas	2021	2020
Proveitos e ganhos financeiros:		
Juros		
Aplicações de Tesouraria	52.093.570	48.890.980
Rendimentos de Participações de Capital		
Investimentos Financeiros	0	120.000.000
Diferenças de câmbio favoráveis		
Realizadas	9.450.445	547
Não realizadas	19.500.985.744	21.596.838
Outros	4.613	0
	19.562.534.372	190.488.366
Custos e perdas financeiros:		
Juros suportados:		
Outros	246.802.277	2.386.391
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Realizadas	1.055.394	7.813.799
Não realizadas	29.437.984	31.724.772.764
Despesas bancárias	18.704.186	24.790.694
Provisões para aplicações Financeiras	29.013.148	0
	325.012.988	31.759.763.648
Resultados financeiros	19.237.521.384	-31.569.275.283

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

33. RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS

Nos períodos findos de 31 de Dezembro de 2021 e de 31 de Dezembro de 2020, os resultados não operacionais foram determinados como segue:

Rubricas	2021	2020
Proveitos e ganhos não operacionais:		
Correcções relativas a exercícios anteriores	1.863.557.813	1.225.121.429
Reposição de provisões		
Cobranças duvidosas - clientes (Nota 9)	8.434.907.467	6.350.335.210
Benefícios pós-emprego (Nota 17)	827.092.981	2.583.111.145
Anulação de passivos não exigiveis (Nota 19)	3.634.545.145	-
	14.760.103.406	10.158.567.784
Custos e perdas não operacionais:		
Provisões:		
Existências	-	148.860.578
Reforço de provisões		
Cobranças duvidosas - clientes (Nota 9)	2.984.256.925	4.776.593.268
Cobranças duvidosas - fornecedores devedores (Nota 9)	556.235.330	
Outros riscos e encargos (Nota 18)	-	128.597.082
	3.540.492.254	5.054.050.928
Correcções relativas a exercícios anteriores	1.381.231.588	1.086.079.813
Multas e penalidades contratuais	4.541.804	210.233.771
Outros	5.693.354	80.850
	4.931.959.000	6.350.445.362
Resultados não operacionais	9.828.144.406	3.808.122.421

35. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

No exercício findo de 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 a rubrica imposto sobre o rendimento segue conforme o quadro abaixo.

Rubricas	2021	2020
Resultado Contabilistico	27.036.213.130	-32.487.206.561
Correcções para Efeitos Fiscais		
Custos e perdas não aceites para efeitos fiscais	**4.406.015.657**	**38.075.137.277**
Multas (Artigo 18) CII	4.541.804	210.233.771
Provisões (Artigo 45) CII	2.984.256.925	4.776.593.268
Donativos (Artigo 19) CII	5.693.354	0
Tributação autónomas dos donativos em 15% (Artigo 17) CII	854.003	0
Diferenças de Câmbios Não Realizadas	29.437.984	31.724.772.764
Correccções de exercícios anteriores e extraordinários (Artigo 18) CII	1.381.231.588	1.086.079.813
Outros	0	277.457.660
A deduzir: Variações patrimoniais negativas	**27.935.893.212**	**8.955.043.197**
Reversões de provisões	8.434.907.467	8.933.446.355
Diferenças Cambias Não realizadas	19.500.985.744	21.596.842
Lucro tributável	**3.506.335.575**	**-3.367.112.481**
Prejuízos fiscais exercícios anteriores		
N-3	-15.408.897.301	-3.193.507.337
N-2	-22.610.001.713	-15.408.897.301
N-1	-3.367.112.481	-22.610.001.713
Matéria colectável	**-37.879.675.920**	**-44.579.518.832**
Taxa Nominal de Imposto	35%	30%
Imposto sobre os lucros	-	-
A Pagar	-	-

38. ACONTECIMENTOS OCORRIDOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Relativamente a factos relevantes que ocorreram após a data do balanço, de assinalar os seguintes:

- Como é do conhecimento generalizado, a intensificação do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, que conduziu ao início de conflitos armados em 24 de Fevereiro de 2022, tem vindo a gerar incertezas relativamente ao desenvolvimento da economia mundial, incluindo sector em que a Empresa opera. Não obstante a incerteza e incapacidade quanto à avaliação de eventuais impactos futuros do referido assunto, entende o Conselho de Administração que, para além de o referido ser um evento não ajustável, a informação disponível à presente data, permite concluir que não são estimados efeitos materiais ao nível das demonstrações financeiras do exercício de 2021. O Conselho de Administração continuará a acompanhar de forma cuidada a evolução deste assunto e o respectivo impacto ao nível do relato financeiro.
- Foram publicados os seguintes Decretos Presidenciais relacionados com as medidas de prevenção e controlo da propagação do Vírus SARS-CoV-2 e da Covid-19:

  Decreto Presidencial n.º 11/22 de 14 de Janeiro;
  Decreto Presidencial n.º 31/22 de 31 de Janeiro;
  Decreto Presidencial n.º 64/22 de 25 de Fevereiro

À data da aprovação das demonstrações financeiras, foi declarado fim da situação de calamidade Pública e definição das regras para Gestão Administrativa da Pandemia da Covid – 19 (Decreto Presidencial n.º 112/22, de 16 de Maio).

- No âmbito do programa de privatização dos activos detidos pelo Estado Angolano, foram alienadas as acções ordinárias que a Angola Telecom detinha no Banco de Comércio e Indústria, SA, cuja contrapartida foi recebida, pela Empresa, em Abril de 2022.

- Um conjunto de activos / infraestruturas da Empresa (Luanda, KM7), sofreram danos significativos em função de um incêndio. À data das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração continua a sua avaliação da extensão dos danos e perdas estimadas e seus impactos directos e indirectos, sendo que, a esta data, não dispõe de informação suficiente para estimar com fiabilidade os respectivos efeitos financeiros.

- Em 28/03/2022, a Empresa foi alvo de um ataque cibernético (*ransomware*) tendo sido tomadas, naquela data e por parte dos serviços da Empresa, acções no sentido de mitigar potenciais efeitos do referido ataque. À data das demonstrações financeiras, mantém-se em curso o processo de avaliação de eventuais impactos desta matéria, sendo que, da informação disponível, a Administração entende que não foram comprometidos quaisquer dados pessoais e/ou outros relevantes.

Com excepção dos eventos acima referidos, não ocorreram outros factos ou eventos subsequentes à data de balanço que devessem ser registados ou divulgados nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2021.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

40. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os activos e passivos mantidos com entidades relacionadas não vencem juros e não têm um prazo de reembolso definido.

Entidade	Saldos Activos					
	Investimentos em empresas sub e associadas	Outros activos financeiros (Nota 7)	Contas a receber (Nota 9)	Outros activos não correntes (Nota 9)	Outros activos correntes (Nota 11)	Total saldos activos
INFRASAT- Telecomunicações,SA	24 000 000	-	1 211 168 879	1 341 110 299	-	2 576 279 178
ANGOLA CABLES, S.A	7 598 763 403	-	65 053 693	-	276 239 663	7 940 056 758
TV CABO ANGOLA, Lda.	567 817 684	-	2 904 922 554	-	178 124 012	3 650 864 250
Multitel - Serviços de Telecomunicações, Lda	25 224 405	-	722 465 671	-	-	747 690 076
Empresa de Listas Telefónicas de Angola, Lda	-	-	-	-	-	-
MOVICEL- Telecomunicação,SA	-	7 727 026	6 965 642 806	7 837 007 350	-	14 810 377 181
Rascom	-	-	-	-	-	-
	8 215 805 491	**7 727 026**	**11 869 253 602**	**9 178 117 649**	**454 363 675**	**29 725 267 443**

Entidade	Saldos Passivos			
	Contas a pagar - corrente (Nota 19)	Contas a pagar - não corrente (Nota 19)	Outros passivos correntes (Nota 21)	Total saldos passivos
INFRASAT- Telecomunicações,SA	463.809.288	24.000.000	-	487.809.288
ANGOLA CABLES, S.A	-	-	-	-
TV CABO ANGOLA, Lda.	8.440.688.151	1.109.453.333	237.740.000	9.787.881.484
Multitel - Serviços de Telecomunicações, Lda	26.296.078	500.000	-	26.796.078
Empresa de Listas Telefónicas de Angola, Lda	305.675.915	-	-	305.675.915
MOVICEL- Telecomunicação,SA	1.410.873.162	-	-	1.410.873.162
Banco de Comércio e Indústria, S.A. ("BCI")		10.000	-	10.000
	10.647.342.594	**1.133.963.333**	**237.740.000**	**12.019.045.927**

Os saldos apresentados acima correspondem a valores brutos, isto é, não incluem provisões para cobrança duvidosa.

Para além dos saldos apresentados acima, a registar os seguintes saldos / eventos:

- Empréstimo por parte da FADCOM no montante de 1.804.816.802 Kwanzas (2020: 1.792.816.802 Kwanzas) - (Nota 15).
- Pagamentos efectuados (256.964.357 Kwanzas), em 2021 à Angola Cables, por parte do Ministro das Tecnologias de Informação e Comunicação Social (MINTICS) por conta da Empresa.

Em 31 de Dezembro de 2021, as transacções mais significativas ocorridas entre as entidades foram conforme se segue:

ENTIDADES	2021		2020	
	Proveitos	Custos	Proveitos	Custos
INFRASAT- Telecomunicações,SA	3.112.032	0	38.183.635	0
ANGOLA CABLES, S.A	25.428.673	267.684.436	22.847.851	1.719.753.995
TV CABO ANGOLA, Lda.	2.424.670.609	2.758.807.631	2.016.790.781	4.159.909.949
Multitel - Serviços de Telecomunicações, Lda	321.700.919	8.269.080	317.170.335	3.445.450
MOVICEL- Telecomunicação,SA	170.577.222	0	300.645.127	0
Banco de Comércio e Indústria, S.A. ("BCI")	149.282	0	266.410	0
TOTAL	**2.945.638.737**	**3.034.761.147**	**2.695.904.139**	**5.883.109.394**

Para além das transacções acima, a Empresa registou proveitos (não operacionais), no montante de 1.606.522.356 Kwanzas, relativos a notas de crédito referentes a facturação emitida por uma destas entidades, em exercícios anteriores.

42. OUTRAS INFORMAÇÕES

O Decreto presidencial nº 193/19 de 5 de Novembro, autorizou, a título excepcional, a subconcessão do serviço móvel da exploração do título global unificado atribuído à ANGOLA TELECOM, a favor da Angorascom Telecomunicações SA. Sem prejuízo do disposto, apesar da existência do Despacho Presidencial, não ocorreram negociações subsequentes para materialização da subconcessão pelo que, nesse sentido, em 31/12/2021 não havia registo de quaisquer instrumentos contratuais que definam / definissem quaisquer direitos e obrigações para a Angola Telecom.
Em Setembro de 2021, o MINTICS anunciou concurso público internacional de subconcessão – "Subconcessão de serviço público, para a gestão e exploração da rede de transporte da infraestrutura nacional e internacional e metropolitana da empresa Angola Telecom – EP". Conforme referido na Nota 2.3., o concurso em causa – autorizado em Despacho Presidencial nº 99/21 de 17 de Junho de 2021 – inclui-se nas medidas de apoio por parte do Estado à Empresa e que suporta, entre outros, a avaliação do Conselho de Administração relativamente à capacidade da Empresa continuar a operar em continuidade. À data das demonstrações financeiras, subsistiam incertezas sobre o desfecho do referido concurso não havendo, como tal, registo de quaisquer instrumentos contratuais que definam / definissem quaisquer direitos e obrigações para a Angola Telecom a este respeito.

NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

43. POLÍTICAS ADOPTADAS

Para a determinação dos componentes de Caixa e seus equivalentes no final do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, foi adoptado o método directo, através da identificação dos itens de liquidez em todas as operações de caixa, mediante o qual foi possível espelhar os principais componentes dos recebimentos e pagamentos, permitindo compreender o modo como a empresa gerou e utilizou os seus fundos.

47. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Nos períodos findos de 31 de Dezembro de 2021 e de 31 de Dezembro de 2020, a rubrica de caixa e equivalente de caixa foram determinados como segue:

Rubricas	2021	2020
Caixa		
Numerário	1.616.960	2.310.503
Saldos em bancos, imediatamente mobilizáveis	303.087.464	355.659.440
Equivalentes de caixa		
Depósitos à prazo	800.000	4.000.000
Total	305.504.424	361.969.943

ANGOLA TELECOM

PARECER DO AUDITOR EXTERNO

Ernst & Young Angola, Lda.
Presidente Business Center
Largo 17 de Setembro, nº 3
3º Piso – Sala 341
Luanda
Angola

Tel: +244 227 280 461/2/3/4
Tel: +244 945202172
www.ey.com

Building a better working world

Relatório do Auditor Independente

Ao Conselho de Administração
Empresa de Telecomunicações de Angola – Angola Telecom, E.P.

Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Empresa de Telecomunicações de Angola – Angola Telecom, E.P. ("Empresa"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2021 (que evidencia um total de 112.036.008 milhares de Kwanzas e um total de Capital próprio negativo de 109.055.888 milhares de Kwanzas, incluindo um Resultado líquido de 27.036.213 milhares de Kwanzas) e as Demonstrações de Resultados por Naturezas e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, bem como as Notas às Contas.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola, e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material, devidas a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

5. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria com reservas.

Bases para a opinião com reservas

6. Os procedimentos e controlos internos vigentes não têm permitido assegurar que todas as transacções realizadas foram devidamente capturadas e registadas no exercício a que respeitam, tendo-se constatado que durante o exercício de 2021 a Empresa procedeu a diversas regularizações de saldos registados em rubricas de "Resultados não operacionais", os quais incluem proveitos de 1.863.558 milhares de Kwanzas (2020: 1.225.121 milhares de Kwanzas) e custos de 1.381.232 milhares de Kwanzas (2020: 1.086.080 milhares de Kwanzas) referentes a correcções identificadas pelo Conselho de Administração como sendo relativos a exercícios anteriores. Atendendo às limitações inerentes à evidencia de auditoria obtida, bem como o facto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, apresentadas para efeitos comparativos, terem sido por nós examinadas e o respectivo relatório de auditoria, datado de 30 de Maio de 2021, consubstanciar uma opinião com reservas, não estamos em condições de concluir, com o necessário rigor, em que medida as regularizações referidas acima seriam susceptíveis de afectar o saldo de abertura da rubrica de "Resultados transitados" e a comparabilidade dos saldos do exercício corrente com o exercício anterior.

7. A Empresa concluiu, com referência a 31 de Dezembro de 2018, a reconciliação do cadastro de imobilizado com os resultados da inventariação física parcial do seu imobilizado corpóreo, tendo identificado divergências e, em especial, um conjunto de bens relativamente aos quais não foi possível obter evidência apropriada e suficiente quanto à sua existência física e/ou valorização e nível de subsidiação desses investimentos, ascendendo o valor líquido contabilístico destes bens, em 31 de Dezembro de 2021, a 8.621.462 milhares de Kwanzas (2020: 9.119.737 milhares de Kwanzas) e os subsídios ao investimento a que lhe estão associados a 7.431.074 milhares de Kwanzas (2020: 7.901.646 milhares de Kwanzas). Foram também identificados, na referida inventariação física, diversos bens para os quais não foi possível verificar a correspondência com o cadastro de imobilizado e/ou com os registos contabilísticos, sendo que não nos foi disponibilizada informação que permitisse quantificar o custo de aquisição e/ou valor corrente de mercado de tais bens. Adicionalmente, constatámos que o balanço em 31 de Dezembro de 2021 inclui terrenos e edifícios no montante líquido de 13.128.925 milhares de Kwanzas (2020: 13.165.080 milhares de Kwanzas) que foram objecto de revalorização, no exercício de 2007, com base em avaliações efectuadas por peritos independentes, não estando disponíveis avaliações subsequentes que permitam concluir em que medida as quantias registadas se aproximam do custo corrente e/ou valor de mercado dos respectivos imóveis em 31 de Dezembro de 2021. Salienta-se, também, que não obtivemos evidência do registo dos terrenos e edifícios na Conservatória do Registo Predial. Atendendo ao exposto, não estamos em condições de concluir acerca dos potenciais efeitos destes assuntos nas demonstrações financeiras.

8. A demonstração de resultados relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 inclui rédito de vendas e de prestação de serviços no montante de 10.989.086 milhares de Kwanzas (2020: 12.086.874 milhares de Kwanzas) e os Resultados não operacionais incluem 2.984.257 milhares de Kwanzas relativos a provisões para cobranças duvidosas (2020: 4.776.593 milhares de Kwanzas). A prevalência histórica de elevados montantes de saldos incobráveis ou de cobrança duvidosa face ao rédito reconhecido em cada exercício, é explicada em larga medida por insuficiências nos processos e controlos relacionados com a facturação e cobranças. Atendendo que o Plano Geral de Contabilidade determina que o rédito não deve ser reconhecido quando existem incertezas sobre se os benefícios económicos associados a uma transacção irão fluir para a entidade e dada a insuficiência dos controlos da Empresa associados à verificação desta condição, não nos é possível concluir sobre os efeitos deste assunto nas demonstrações financeiras.

9. A rubrica de "Contas a receber - Clientes", em 31 de Dezembro de 2021, inclui uma diferença de 1.026.195 milhares de Kwanzas (2020: 2.383.282 milhares de Kwanzas) entre o balancete do razão geral e o detalhe das contas correntes resultante do respetivo aplicativo de gestão da facturação e das cobranças, a qual se afigura potencialmente desfavorável para a Empresa e não foi objecto de reconciliação e explicação apropriada. Adicionalmente, a rubrica de "Contas a receber" inclui também um saldo credor de 7.559.110 milhares de Kwanzas (2020: 5.577.870 milhares de Kwanzas), relativo a recebimentos de clientes que a Empresa não conseguiu identificar e/ou alocar às respetivas contas correntes. Dado que não foi possível obter evidencia de auditoria suficiente e apropriada, não estamos em condições de concluir acerca dos potenciais efeitos destes assuntos nas demonstrações Financeiras.

10. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, a Empresa desreconheceu um conjunto de activos e passivos relacionados com a Unidade de Negócios Infrasat, na sequência da desanexação prevista pelo Despacho Presidencial 209/17, de 20 Julho, e da extinção desta Unidade de Negócios determinada pelo Despacho 127/18, de 16 de Maio, cujo efeito se traduziu num crédito na rubrica de "Resultados transitados", naquele exercício, no montante de 869.560 milhares de Kwanzas. Como parte desta operação, a Angola Telecom subscreveu uma participação de 40% no capital social da nova entidade INFRASAT Telecomunicações SA, desconhecendo-se a existência de contrapartida para a Empresa decorrente da referida desanexação ou da alienação prevista na alínea 3ª do Despacho Presidencial 209/17, de 20 Julho. Adicionalmente, com referência a 31 de Dezembro de 2021, o balanço evidencia um conjunto de saldos a receber e a pagar com a referida entidade que, na sua maioria, transitam do período anterior à referida desanexação e que totalizam, respectivamente, 2.552.279 milhares de Kwanzas (2020: 2.622.981 milhares de Kwanzas) e 487.809 milhares de Kwanzas (2020: 487.809 milhares de Kwanzas), e relativamente aos quais a evidência de auditoria obtida não se afigura suficiente para concluir acerca da sua razoabilidade. Atendendo ao exposto, não estamos em condições de concluir sobre os possíveis efeitos destes assuntos nas demonstrações financeiras.

11. No contexto dos trabalhos de auditoria relacionados com a análise de saldos com entidades participadas pela Empresa, em particular a análise de respostas aos pedidos de confirmação de saldos e outros procedimentos alternativos, foram identificadas diferenças , potencialmente desfavoráveis, em saldos evidenciados nas rubricas de "Contas a receber" no montante de 882.422 milhares de Kwanzas (2020: favoráveis no montante de 339.844 milhares de Kwanzas), e diferenças potencialmente favoráveis em saldos evidenciados na rubrica de "Contas a pagar" no montante de 864.642 milhares de Kwanzas (2020: 999.660 milhares de Kwanzas), as quais não foram objecto de reconciliação. Adicionalmente, as rubricas de "Contas a receber" e "Contas a pagar" incluem os montantes de 6.965.643 milhares de Kwanzas (2020: 6.868.588 milhares de Kwanzas) e 4.980.639 milhares de Kwanzas (2020: 4.980.639 milhares de Kwanzas, respectivamente, relativamente aos quais não obtivemos resposta aos nossos pedidos de confirmação, ou a evidência disponível é insuficiente para concluir acerca da sua natureza e/ou exigibilidade. Atendendo ao exposto, não estamos em condições de concluir sobre os possíveis efeitos destes assuntos nas demonstrações financeiras.

12. Em 31 de Dezembro de 2021, a Empresa apresenta, na rubrica de Investimentos em empresas subsidiárias e associadas, o montante de 7.598.763 milhares de Kwanzas (2020: 7.598.763 milhares de Kwanzas) correspondente ao custo histórico do investimento na sociedade Angola Cables, S.A., sendo que a informação disponível não nos permite concluir em que medida a quantia registada daquele investimento excede o seu valor de realização e, como tal, sobre a necessidade de registo de provisão para fazer face à eventual perda de valor.

13. Em 31 de Dezembro de 2021, as Contas a pagar e as Provisões para outros riscos e encargos, incluem, respectivamente, 11.148.574 milhares de Kwanzas (2020: 11.988.076 milhares de Kwanzas) relativos a impostos e contribuições por pagar e 1.065.945 milhares de Kwanzas (2020: 1.065.945 milhares de Kwanzas) relativos à estimativa de responsabilidades com coimas e juros compensatórios pelo não pagamento de impostos, na sua maioria gerados em exercícios anteriores. Para além das dívidas fiscais acumuladas ao longo de diversos exercícios e das responsabilidades potenciais associadas ao não pagamento das mesmas, identificamos outros procedimentos contabilísticos e fiscais adoptados pela Empresa que entendemos serem susceptíveis de ser questionados pelas autoridades competentes e originar contingências ou responsabilidades que não foram quantificadas e que não se encontram provisionadas e/ou divulgadas nas demonstrações financeiras.

Opinião com reservas

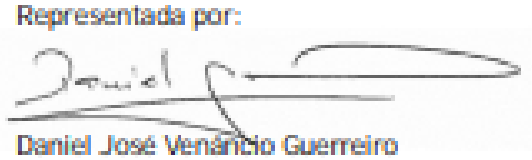
14. Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos das matérias descritas nos parágrafos 6 a 13 das "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Empresa de Telecomunicações de Angola – Angola Telecom, E.P., em 31 de Dezembro de 2021, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola.

Ênfase

15. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto dos capitais próprios serem negativos e do passivo corrente exceder o activo corrente em 137.898.181 milhares de Kwanzas, sem considerar os potencias efeitos das matérias apresentadas nas Bases para Opinião com Reservas. Estas circunstâncias indiciam a existência de uma incerteza significativa que pode colocar em causa a capacidade da Empresa em continuar o seu curso normal de negócios. Neste contexto, a continuidade da Empresa está dependente do apoio a prestar pelo Estado, e/ou da realização de futuras operações lucrativas.

Luanda, 15 de Junho de 2022

Ernst & Young Angola, Lda.
Representada por:



Daniel José Venâncio Guerreiro
(Perito Contabilista n.º 20130107)

ANGOLA TELECOM

PARECER DO CONSELHO FISCAL

INTRODUÇÃO

Em conformidade com as disposições legais, nomeadamente da Lei n.º 11/13, de 3 de Setembro, de Base do Sector Empresarial Público, do Decreto Executivo n.º 42/01, de 6 de Julho – Regulamento dos Conselhos Fiscais das Empresas Públicas e do Decreto n.º 8/97, de 21 de Fevereiro que aprova o Estatuto da Angola Telecom, ao Conselho Fiscal da Angola Telecom, nomeado por Despacho n.º 3808/20, de 11 de Agosto e Despacho nº 475/2021 de 07 de Outubro, cabe emitir o parecer sobre o Relatório e Contas referente ao exercício económico de 2021.

É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação das demonstrações financeiras que apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os fluxos de caixa, as políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistema de controlo interno adequado.

A responsabilidade do Conselho fiscal consiste em emitir o parecer baseado no exame daquelas demonstrações financeiras.

Durante o exercício económico 2021, o Conselho Fiscal acompanhou as actividades desenvolvidas pelo Conselho de Administração, solicitou e obteve documentos e esclarecimentos das múltiplas questões que suscitaram dúvidas, assim como realizou reuniões de trabalho com o Conselho de Administração, com as direcções Financeira, Comercial e de Recursos Humanos.

O Conselho Fiscal realizou, igualmente, reuniões de trabalho com o Auditor Independente, de Novembro de 2021 a Junho do ano corrente.

ANÁLISE

O Conselho Fiscal analisou o Relatório e Contas apresentado pelo Conselho de Administração, tendo procedido às verificações e obtenção de esclarecimentos atinentes aos aspectos considerados materialmente relevantes.

O Relatório apresentado destaca os marcos alcançados em 2021, com realce ao registo de proveitos operacionais de Kz 20.430,00 milhões, representando um

acréscimo de 3% em relação à 2020, ao registo de custos operacionais de Kz 22.459,00 milhões, representado uma redução de 9% em relação ao ano anterior e à obtenção de Resultado Líquido positivo de Kz 27.036,00 milhões, representando um acréscimo de 183% em relação ao exercício económico anterior.

Não obstante, a empresa voltou a registar um Capital Próprio negativo de Kz 109.055,89 milhões (um acréscimo de 20% em relação à 2020), tendo o Activo reduzido 4%, passando para Kz 112.036,00 milhões e o Passivo reduzido 13%, passando para Kz 221.091, 90 milhões.

A nível dos custos que concorreram para a obtenção do Resultado Líquido positiva destaca-se a aceleração das amortizações, por obsolescência, dos equipamento CDMA EXPANSÂO e WIMAX , nos montantes de Kz 1.140, 55 milhões e Kz 1.254, 31 milhões respectivamente, perspectivando as suas substituições até ano 2023 e 2024, respectivamente.

O Conselho Fiscal realça o facto de o activo corrente ser inferior ao passivo corrente em Kz 75.265,51 milhões devido, essencialmente, ao elevado valor de contas a pagar pela empresa, incluindo contribuições do INSS, o que demonstra incapacidade de cobertura das suas despesas operacionais.

Uma atenção especial deverá ser dada às contas a receber cujo valor (Kz 19.337,60 milhões) registou um acréscimo de 31% em relação ao ano anterior, sendo para o efeito necessária a continuidade da limpeza da base de dados de clientes, combinada com a reorganização da carteira de clientes e seus contratos.

Da análise efectuada, exceptuando os possíveis efeitos resultantes das reservas descritas pelo Auditor Independente, o Conselho Fiscal entende que as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes a posição financeira da Angola Telecom a 31 de Dezembro de 2021, estando de acordo aos princípios contabilísticos vigentes em Angola.

O Conselho Fiscal examinou o teor do Relatório do Auditor Independente e concorda com a sua opinião respeitante à forma como as demonstrações financeiras estão apresentadas.

CONCLUSÕES

A empresa, pela primeira vez nos últimos três anos, apresenta um Resultado Líquido no montante Kz 27 036, 21 milhões, reconhecendo-se o esforço implementado no alcance de melhores resultados, porém, insuficiente para inverter a condição negativa do Capital Próprio, decorrente dos sucessivos resultados negativos dos exercícios económicos anteriores.

Persistem as reservas do auditor externo em relação ao sistema de controlo interno, ao imobilizado, ao reconhecimento do rédito nas vendas e prestação de serviços, às contas a receber, à unidade de negócio denominada IFRASAT, à conciliação de saldos com as entidades participadas, ao investimento em empresas subsidiárias e às contas a pagar e a provisão para riscos e encargos.

RECOMENDAÇÕES

Face ao exposto recomendamos:

A aprovação do Relatório e Contas da Angola Telecom, com reservas, nos termos apresentados pelo Auditor Externo;

A realização de investimentos em infra-estruturas, adequados ao Plano Estratégico em vigor, com vista a inverter o actual quadro da situação financeira da empresa;

A adopção do regime de auditoria externa intercalar, de modo a evitar que se registe um número elevado de reservas ao término do exercício;

A elaboração e implementação de um sistema períodico de reconciliação de saldos com os terceiros;

A melhoria, o reforço e a validação de reportes periódicos de controlo interno existente;

O registo contabilístico dos eventos de forma tempestiva por formas a serem evitados atrasos e multas, principalmente em questões fiscais;

A injecção de capital por parte do accionista, face a incerteza quanto a continuação do negócio, conforme evidenciado pelas demonstrações financeiras apresentadas.

Luanda, 18 de Junho de 2022.

O Conselho Fiscal

_____

Victor Chia Chissamba
(Presidente)

_____

Julieta Major
(Vogal)

_____

Dinis Paulo Cuanga Luemba
(Vogal)

ANGOLA TELECOM

RELATÓRIO E **CONTAS**

Angola TelecomEP
www.angolatelecom.ao